

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2020

Aos 3 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte pelas nove horas e trinta minutos no salão nobre dos Paços do Concelho e também com participações e intervenções por videoconferência, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

– Grupo Municipal do Partido Socialista:

Presenças no salão nobre dos Paços do Concelho:

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ▪ Tânia Gil da Rocha Lemos.

Presenças por videoconferência:

Ana Margarida Leonardo Fortuna ▪ Ana Maria Sousa de Lima Borges ▪ António Toledo Alves ▪ Artur da Câmara Machado ▪ Carla Alexandra Cardoso Monteiro ▪ Carlos Manuel Pereira Martins ▪ Davide Gabriel Cabral dos Reis ▪ Décio Manuel Lourenço Santos ▪ Hélio Manuel Melo Vieira ▪ Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço ▪ Isabel Maria Diniz Berbereia ▪ João Luís Sanchez dos Santos ▪ José Fraga Ferreira Machado ▪ Luísa Maria Vieira Aguiar ▪ Marco Paulo Vieira Alves ▪ Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira ▪ Marília Margarida Enes Garcia de Vargas ▪ Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ▪ Paulo Jorge Pimentel da Silva ▪ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ▪ Valdeci Purim.

– Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Presença por videoconferência:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

– Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

Presenças por videoconferência:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires ▪ Cesário Alberto Ferreira Pamplona ▪ Délio Francisco Freitas Ormonde Borges ▪ Filipe Jorge da Silva Almeida ▪ Francisco Manuel Leonardo dos Santos ▪ Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte ▪ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ▪ Luís Manuel Mendes Leal ▪ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ▪ Mário José Martins Cardoso ▪ Rómulo de Ficher Correia ▪ Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

– Grupo Municipal do CDS-PP:

Presenças por videoconferência:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha ▪ Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

– **Câmara Municipal:**

Presenças no salão nobre dos Paços do Concelho:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Guido de Luna da Silva Teles ▪ José Gaspar Rosa de Lima.

Presenças por videoconferência:

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra ▪ Marcos Duarte Machado do Couto
▪ Paulo Alexandre Silva Lima.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 11 de setembro de 2020 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- *Do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa Regional, um Voto de Congratulação pela inscrição das danças, bailinhos e comédias do carnaval da ilha Terceira no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.*

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Nesta sessão não houve presença de público.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caríssimos colegas membros da Assembleia Municipal. Estamos numa assembleia com especiais preocupações e decisões respeitantes ao nosso município que não deixa de ser um órgão político que se deve preocupar também com a atualidade política que vai acontecendo no nosso concelho e na região.

Em outubro passado decorreram umas eleições que resultaram em alterações significativas no quadro político e nos destinos da nossa região. Julgo que esta Assembleia não pode ficar indiferente a essa realidade, por isso me permito propor que aqui seja aprovado um voto de cumprimentos e de reconhecimento a todos aqueles que terminam as suas funções de direção política e de gestão da nossa região, expressando também um voto de saudação e de felicidades aos que agora as iniciam.

Se assim o entenderem, esta Assembleia e o nosso município devem manifestar a sua disponibilidade para a continuidade de uma colaboração leal e empenhada em todas as iniciativas que visem a melhoria, o desenvolvimento e o bem-estar da população do nosso concelho. Dadas as circunstâncias e os momentos políticos que vivemos, esta Assembleia não deve ignorar esta realidade e ficar-nos-ia bem deixar aqui uma nota de reconhecimento e de gratidão a quem sai, saudando e manifestando toda a disponibilidade para colaborar com quem agora assume funções. Espero, da parte do senhor presidente, do município e de todos os colegas aqui presentes, o melhor acolhimento para esta proposta que aqui apresento.

Sr. presidente da Mesa – Informo o senhor deputado que não há qualquer impedimento de aceitação desta sua proposta por parte da Mesa e pergunto-lhe se tem algum texto previamente escrito.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Não tenho qualquer texto escrito mas posso redigir e apresentar à Mesa uma proposta dentro dos moldes do que acabei de referir.

Sr. presidente da Mesa – Assim sendo e de acordo com as palavras proferidas pelo senhor deputado Joaquim Ponte, se a proposta for admitida pela Mesa, sugiro que passemos à sua votação para posterior inclusão e enquadramento na nossa Ordem de Trabalhos.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Estou inteiramente de acordo e agradeço desde já a sua compreensão, senhor presidente.

Sr. presidente da Mesa – Não havendo qualquer objeção, coloco à votação a proposta do senhor deputado Joaquim Ponte.

A proposta foi aprovada por unanimidade como consta do Ponto 4.1.

Sr. presidente da Câmara – Apesar de não termos direito a voto, a Câmara Municipal associa-se a esta proposta, agradecendo a quem colaborou connosco até agora e desejando o melhor a quem inicia funções.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia a todos. Nos últimos anos e no nosso tempo de funções, o relacionamento entre o Governo Regional, esta Assembleia, a Câmara Municipal de Angra e o município que todos representamos foi um motivo de preocupação constante, originando debates intensos da nossa parte e todo um trabalho realizado em sede de bastidores pelo executivo camarário e pelo seu presidente Álamo de Meneses no sentido de se reivindicar e melhorar um conjunto de situações que correram menos bem ou tardaram a concretizar-se no nosso concelho.

Sabemos o que se passou mas desconhecemos o que aí vem e gostaria de recordar as inúmeras vezes que esta Assembleia se uniu em que cada um de nós despiu a camisola política que representa para evitarmos que outras forças, por vezes geográficas e não político-partidárias, prejudicassem o desenvolvimento do nosso concelho. Nesse sentido e também por uma questão formal e institucional, considero importante um voto desta natureza porque fizemos o nosso trabalho, reivindicando junto do Governo Regional aquilo que considerámos devido ao nosso concelho. Enquanto aqui estivermos no exercício das nossas funções, continuaremos a fazer o mesmo com o elenco governativo que virá, até porque se mantêm alguns problemas sem cor política. Saibamos estar à altura da tarefa que temos pela frente, tal como temos feito até agora.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Em nome do grupo municipal do PS, gostaria de dizer que vemos com bom-tom o reconhecimento do trabalho feito pelo executivo regional, saudamos quem chega e pretendemos manter as boas relações. Como disse o deputado Luís Rendeiro, à semelhança do que aconteceu no passado, agora sou eu que espero ver esquecidas as cores políticas e cá estaremos para reivindicar sempre que for necessário.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – O CDS-PP associa-se claramente a este voto, que é oportuno e muito adequado, deixamos também uma palavra de apreço e de reconhecimento a quem cessou funções e desejamos felicidades a quem agora as inicia. Expressamos aqui a garantia de que manteremos com este novo elenco governativo a nossa habitual postura no que respeita à reivindicação do que for necessário para o nosso concelho que aqui representamos acima de tudo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É difícil contornar o momento que vivemos com esta situação de pandemia que afeta todo o nosso concelho, umas freguesias infelizmente mais do que outras, e tudo isto acaba por minorizar outras questões por muito relevantes que sejam.

Peço algumas informações acerca da intervenção camarária nos últimos tempos, tendo em conta que sobrevivemos à primeira vaga da Covid-19 com poucos casos nas nossas ilhas e esta segunda vaga do continente português está a ser a primeira vaga nos Açores também com

alguma intensidade aqui na ilha Terceira e no concelho de Angra do Heroísmo. Como a vacina está quase a chegar e o Reino Unido anunciou que começará a vacinar já na próxima semana, se isto correr bem e tivermos sorte, talvez soframos apenas uma vaga no arquipélago e cabe-nos a todos fazer com que a mesma seja o mais suave possível.

Qualquer um de nós já teve a oportunidade de andar na rua e constatar a dificuldade de uma grande parte da população em cumprir e fazer cumprir as regras de saúde pública, usar a máscara, desinfetar as mãos ou até respeitar os limites de lotação em todos os espaços. Felizmente há quem cumpra, mas cada exceção e o não cumprimento das regras pode ser um tiro no porta-aviões do combate a esta pandemia. Depois temos o drama dos empresários, do comércio, da restauração e de todos os que investiram no setor turístico e nos serviços num período de vacas gordas e neste momento estão em pânico a contar os tostões para conseguirem sobreviver, manter as portas abertas, pagar ordenados e tentar chegar ao dia seguinte desta pandemia.

Estamos todos muito preocupados com tudo isto, sabemos que há um conjunto de medidas que competem ao Governo Regional e gostaríamos de saber quais as dificuldades que a Câmara Municipal tem tido, juntamente com todos os que acabei de referir e também com a Câmara do Comércio. Precisamos de conhecer as soluções previstas para que possamos dialogar sobre este tema que é o mais importante que temos em cima da mesa.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma questão que muito tem preocupado a Câmara e que, em boa parte, tem vindo a dominar a sua própria atividade. Começo por dar conta que esta questão da pandemia, infelizmente já entrou na própria Câmara. Tivemos uma cadeia de transmissão no interior deste edifício onde nos encontramos, o que nos tem criado consequências relativamente pesadas sobre os serviços e a nossa capacidade de intervenção nos próximos tempos, limitando o atendimento ao público apenas a questões urgentes. Transferiu-se o atendimento para as juntas de freguesia, para a RIAC e para uma viatura móvel que tem passado pelas freguesias visto que não é possível mantermos aqui o serviço, já que uma percentagem razoável das pessoas do atendimento acabou por apresentar resultados positivos nos testes à Covid-19.

Para além das preocupações internas que se refletem na própria ação do município, existe uma outra componente bastante mais pesada no que diz respeito à saúde pública e à economia e temos vindo a manter um contacto estreito com a Câmara do Comércio com informação mútua sobre o que vai acontecendo e o que é possível fazer-se. Aproveito também para anunciar que, logo que haja, por parte do novo Governo Regional, a tomada de medidas na área económica e social e se perceba qual o caminho a seguir, porque uma boa parte das medidas que neste momento estão em vigor termina a sua vigência no último dia deste mês, temos a intenção de solicitar ao senhor presidente da Assembleia uma reunião extraordinária para debater as medidas que sejam necessárias.

Teremos que repetir o que fizemos na passada primavera e adotar medidas complementares face ao que o Governo Regional venha a decidir para o primeiro semestre do próximo ano. Entretanto, as decisões tomadas por esta Assembleia em junho passado têm vindo a apresentar alguns resultados e creio que se conseguiu conter pelo menos as situações mais graves. Felizmente, tivemos um verão bom no que respeita à saúde pública mas a situação tem vindo a degradar-se nestas últimas semanas. Dentro do que nos tem sido solicitado, o município tem colaborado com as mais diversas instituições num conjunto de medidas desde o encerramento de espaços até à limpeza e arranjos aqui e ali, ou seja, aquilo que é possível fazer-se.

Quero mais uma vez louvar e agradecer aos senhores presidentes de junta de todas as freguesias do concelho pelo excelente trabalho que têm feito no apoio às famílias que ficam confinadas ou têm tido dificuldades. Todas as juntas de freguesia têm ajudado quem precisa com serviços e ações, desde levar as coisas a casa das pessoas até à recolha de resíduos. As juntas de freguesia

têm feito tudo o que lhes tem sido pedido e com isso temos conseguido de alguma maneira minorar o agravamento das consequências de toda esta situação.

A contenção da pandemia tem sido uma grande preocupação nossa. Mal foram detetados os primeiros sinais de recrudescimento do contágio, tomaram-se novamente de imediato as medidas respeitantes ao encerramento de espaços. Neste momento existe uma restrição às 22 horas que foi tomada logo cedo antes de qualquer outra entidade ou município e neste momento, a pedido de outras entidades, estamos a fazer o encerramento de alguns espaços como aconteceu naquele anfiteatro diante do liceu porque o conselho diretivo daquele estabelecimento de ensino não tinha autoridade sobre os jovens que permaneciam naquele local e as autoridades policiais não os podiam mandar dispersar por não ser proibida a utilização do espaço. Assim, foi emitido um edital pela Câmara Municipal proibindo a permanência na área em torno daquela escultura porque estavam a acontecer ali enormes aglomerados de pessoas. Como os estudantes estão sujeitos a regras de separação e distanciamento e também devido ao uso obrigatório de máscara no interior, não cumpriam minimamente as regras quando vinham cá para fora. Por razões de segurança houve a necessidade de avançar com essa operação que, eventualmente, teremos que levar também a cabo noutros espaços onde se verifica rotineiramente aglomeração de pessoas.

Vamos prosseguir com esta política em conjunto com as autoridades policiais para analisarmos todas as questões de aglomeração de gente no concelho para se tentar evitar os comportamentos que o senhor deputado Luís Rendeiro há pouco referia. As pessoas assustaram-se e estão a levar as coisas mais a sério mas de vez em quando vão acontecendo verdadeiras aglomerações junto a cafés, tascas e outros sítios, situações que são propícias a grandes problemas. O mesmo aconteceu na Prainha onde também foi necessária a intervenção das autoridades para dispersar um ajuntamento de pessoas.

Informo que temos um bom *stock* de material de proteção e desinfetantes que temos vindo a ceder às instituições que precisam. Mesmo que a situação venha a piorar, certamente não haverá falta de materiais. As juntas de freguesia e as outras instituições parceiras têm vindo a servir-se do nosso *stock* e estamos em condições de dar algum grau de garantia. Nesta altura creio que toda a gente tem máscara mas ainda assim temos uns largos milhares delas prontas para serem distribuídas pela população caso seja necessário.

Numa das últimas reuniões da Câmara Municipal tomámos uma deliberação no sentido de um apoio extraordinário às instituições de solidariedade social que têm tido despesas extraordinárias com serviços de internamento. O município vai contribuir com 5 mil euros mais a diferença do valor entre os consumos de água do ano anterior e deste ano porque as instituições queixam-se que as novas medidas de higiene implementadas levaram a um aumento extraordinário dos consumos. Resolvemos fazer mês a mês a comparação relativamente aos meses homólogos do ano passado e devolvemos o excesso a pagar. Isto vem ajudar as instituições nas despesas extraordinárias. Estes 5 mil euros destinam-se essencialmente à aquisição de desinfetantes e outros produtos necessários e assim vamos pondo alguma contenção no crescimento de custos.

Olhando aqui para a nossa Ordem de Trabalhos, há uma proposta do Partido Socialista que vem em muito bom tempo referente ao prolongamento das medidas de isenção de taxas que caducam a 31 de dezembro e o seu prolongamento imediato para o primeiro semestre até junho para que não haja essa quebra no mês de janeiro, embora, repito, logo que sejam conhecidas as medidas emanadas pelo Governo Regional, haja a intenção firme por parte da Câmara de pedir uma reunião extraordinária desta Assembleia para aprovação das medidas que se considerarem necessárias no sentido de se complementar as decisões adotadas pelo Governo Regional.

Sra. d. m. Sónia Pimentel – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes colegas aqui presentes. Como profissional de saúde, não poderia deixar de

intervir nesta Assembleia. Como trabalho na UT 4 e vivo a pandemia do outro lado muito intensamente, devo enaltecer o trabalho extremamente importante que as juntas de freguesia têm desenvolvido junto da população, facilitando também a vida às pessoas mais idosas e às que se encontram infetadas em casa, especialmente os grupos de risco.

Aproveito para vos fazer um apelo enquanto cidadãos e presidentes de junta. Esta pandemia está a ter um impacto muito grande na vida das pessoas e as coisas não estão para brincadeiras. Há informações no portal da saúde que podem ser impressas pelas juntas de freguesia na forma de panfletos que depois podem ser distribuídos pela população para esclarecimento dos menos despertos para estes assuntos.

Vivo a pandemia do lado de dentro no serviço de infeto-contagiosas, o que não tem sido nada fácil, por isso quero partilhar convosco o que estou a sentir para que não se pense que tudo isto se vive de ânimo leve. As coisas têm-nos corrido bem, Graças a Deus não temos tido mortes nem um grande número de doentes em estado crítico, mas não sabemos o que poderá ainda acontecer até chegar a vacina.

As notícias que circulam por aí dão conta que o nosso hospital está prestes a exceder a sua capacidade de camas para doentes Covid-19. É verdade que o serviço de infeto-contagiosas, com as expressões negativas de que tanto se fala, tem apenas disponibilidade para seis camas. É verdade que estão quase lotadas mas o hospital tem um plano de contingência e nenhum doente deixará de ser internado por motivos da Covid-19 devido à falta de espaço.

Talvez nunca tenhamos pensado que chegaríamos a este ponto. Tudo era uma utopia e talvez isto nunca viesse a acontecer, mas a verdade é que estamos a viver esta situação, por isso volto a referir que o trabalho das juntas de freguesia junto da população é extremamente importante. Tentem sensibilizar as pessoas para que evitem de sair de casa e continuem a ajudar quem precisa. Estou disponível para colaborar na elaboração e distribuição de algum panfleto e outras informações junto das pessoas para evitarmos que isto se propague cada vez mais. O vírus está na comunidade e qualquer um de nós poder estar infetado sem o saber por ser assintomático. Como cidadã e profissional de saúde, não gostaria de chegar ao ponto de ver vários doentes a necessitarem de ventilação e termos que decidir qual ventilar devido à falta de ventiladores. Mais uma vez apelo a todos vós com responsabilidades na nossa comunidade para que sensibilizem as pessoas e não tenhamos que chegar a este ponto.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado, senhora deputada Sónia Pimentel. Nunca é demais e é sempre oportuno lembrar essas situações a todos nós e aos cidadãos que nos ouvem através dos meios que estão ao dispor desta reunião.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo, restantes colegas deputados municipais. Pegando na intervenção da senhora deputada Sónia Pimentel, aproveito para agradecer aos profissionais do concelho de Angra do Heroísmo que, como ela, têm estado na linha da frente a curar todos os que têm recorrido aos serviços de saúde e também as pessoas que são tratadas no domicílio. Louvamos todo o trabalho feito e desejamos saúde, força e coragem a todos os profissionais: enfermeiros, médicos, auxiliares, pessoal administrativo e restantes recursos humanos que têm estado disponíveis nestes estabelecimentos.

Na sequência da intervenção do senhor presidente da Câmara a respeito da preocupação na identificação de zonas de risco onde eventualmente seja necessário reforçar as medidas de proteção às pessoas para se evitar aglomerados, identificaria a zona exterior à feira agrícola onde os agricultores se juntam ao domingo para comercializarem os seus produtos. A área externa em frente aos armazéns da UNICOL não obedece às regras referentes aos cuidados exigidos no espaço interior da feira e quem ali passa constata que as pessoas que frequentam algumas daquelas carrinhas e fazem as suas compras, nem sempre estão protegidas e parece-me

que não usam os desinfetantes de maneira conveniente. Fica aqui esta informação para que eventualmente sejam também ali tomadas algumas medidas de prevenção.

Manifestamos aqui a nossa grande preocupação com o impacto e as consequências da pandemia na diminuição do fluxo, sobretudo no comércio tradicional. Esta seria uma época alta do comércio no nosso centro histórico e a pandemia tem incutido novos hábitos de consumo nas pessoas. Cada vez se opta mais pelas compras *online* com o receio de que se prolonguem para além da pandemia. Ao contrário do que se verificou nos anos anteriores, o Natal será certamente um período frágil para o comércio e receamos que estes novos hábitos tenham um impacto no médio e longo prazo para estes comerciantes. Este não será o tempo certo mas terão que ser pensadas estratégias sérias de promoção, sensibilizando as pessoas para optarem pelo comércio local como forma de apoio aos estabelecimentos que ainda se vão mantendo abertos e dão vida à cidade.

Peço agora ao senhor presidente da Câmara uma palavra acerca da proposta do alargamento do período da isenção da cobrança das taxas de ocupação dos espaços públicos municipais que tinha sido aprovado pela Assembleia.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vereador Guido Teles para que nos possa falar das questões mais relevantes de apoio ao comércio.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas da vereação, senhoras e senhores membros da Assembleia. As dificuldades que o comércio local está a atravessar nesta fase mais gravosa da pandemia são uma grande preocupação da Câmara. Em parceria com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo decidimos avançar com um concurso dirigido a todo o comércio do concelho. Trata-se de numa campanha chamada «Angra Prendas Mil», a mais expressiva realizada até ao momento. Disponibilizaremos 10 mil euros como prémio monetário final para o vencedor dessa campanha que consiste num sorteio efetuado entre os clientes que fizerem compras superiores a 25 euros no comércio local. A Câmara do Comércio, através do programa «Ofereça Açores», concede ainda todas as semanas, prémios até 2 mil euros como forma de mais um forte incentivo para a procura do comércio local.

As compras *online* são uma realidade inevitável que se generalizou e está cada vez mais presente nos hábitos de consumo da população. Em parceria com a Câmara do Comércio tentamos agir no rumo certo através da criação de uma campanha de marketing digital com uma empresa contratada para o efeito que consiste num apoio que está a ser dado aos vários comércios aderentes com a elaboração de publicações na página da campanha e nas redes sociais acerca dos produtos que tenham disponíveis. É um primeiro passo de sensibilização para que os comerciantes passem a usar estes meios digitais de forma mais regular e interiorizem o conceito do comércio eletrónico, um caminho que é inevitável.

Apesar de todas as limitações em vigor, temos feito um grande esforço no sentido de se criar o melhor ambiente possível e vários incentivos para atrair as pessoas à cidade. Além da habitual iluminação da época natalícia, alugámos um autocarro à *Azorbus* que permite a animação musical em movimento, evitando-se a aglomeração de pessoas. Assim, quem efetuar as suas compras no comércio local pode usufruir de alguma animação no centro da cidade. Dadas as circunstâncias, temos vindo a tomar algumas medidas para ajudar o nosso comércio nesta fase difícil que estamos a atravessar.

Sr. d. m. João Santos – Bom dia. Considerem-se todos cumprimentados, é um prazer revê-los mesmo desta forma. Na sequência da intervenção da senhora deputada Sónia Pimentel, não posso deixar de me associar ao trabalho extraordinário dos profissionais de saúde, uns na linha

da frente, outros mais na retaguarda, mas todos afinal, numa linha complicada para onde tudo isto nos trouxe.

No que respeita à sensibilização e aos cuidados de higiene, julgo que seria importante agirmos por antecipação porque tudo isto implica um trabalho de continuidade e penso que o assunto deveria ser alvo de discussão no Conselho de Ilha. O mundo digital está cada vez mais presente e as próprias redes sociais vão servindo também para medir a pulsação de algumas coisas.

A senhora ministra da saúde anunciou que a vacina contra a Covid-19 não será obrigatória. Quando for anunciado pelo governo o plano de vacinação no nosso país, decerto não faltarão críticas: «Vai demorar muito, nunca mais chega, etc.», aqueles ecos que se ouviram agora em menor dimensão relativamente à vacina da gripe. No meu ponto de vista, temos assistido de uma forma um pouco preocupante a uma recusa quase generalizada da toma da vacina. Há pouco o deputado Luís Rendeiro referiu a chegada da vacina em breve mas, sendo facultativa e se ninguém a quiser tomar, ficaremos na mesma. Talvez tal não aconteça mas não será despiciente planear uma campanha muito séria relativamente à vacinação com dados científicos muito objetivos para tranquilização da população, sabendo que parece haver por aí uma moda de negacionistas de tudo e mais alguma coisa em que só lhes falta negar a própria existência. Não se pode deixar alastrar esta onda para que a vacina, quando chegar, não seja um problema em vez de uma solução e talvez o assunto mereça uma discussão mais profunda e alargada.

Sr. presidente da Mesa – Não ouvi as declarações da senhora ministra. Penso que, a não obrigatoriedade seja por uma questão legal, todavia poderá haver problemas muito graves se alguns energúmenos que para aí andam, afirmarem que isto não existe, é uma treta e tudo mentira... Espero bem que tudo isso seja ultrapassado e será preciso muita pedagogia para que essa situação não se verifique.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Não me referindo concretamente à Câmara, existe um sentimento geral acerca de situações que tardam em ser resolvidas e acabam por criar constrangimentos no atendimento ao público. Isto deve-se ao teletrabalho e à necessidade do encerramento de determinados serviços como aconteceu aqui na Câmara por razões de saúde e segurança que todos compreendemos. No entanto, gostaria de saber se a Câmara tem tido em conta alguma reorganização na forma como se procede ao teletrabalho, especialmente no que refere ao atendimento ao público. Não sei se o atendimento por marcação será suficiente, se existe desfasamento de horários ou se a Câmara está a ponderar outras medidas além da ligação com as juntas de freguesia que vão resolvendo muitas questões mas poderão também deparar-se com problemas no caso de algum contágio que as obrigue a maiores restrições no atendimento ao público.

Uma segunda questão tem a ver com a obra de S. Pedro até ao hotel do Caracol na Silveira que finalmente terminou e estavam hoje a iniciar as pinturas. Foram feitas alterações naquela rotunda, infelizmente não temos tido turismo para exercer pressão naquela zona e o trânsito está a fluir um pouco melhor, mas continuamos com grandes problemas de mau estacionamento agora agravados pelo facto de aquela «ilha» ter sido acrescentada mais três ou quatro metros. Aquele prolongamento visava a criação de uma barreira física que impedisse o estacionamento mas as coisas estão mais complicadas para viaturas de maior dimensão e até para os ciclistas. Aquela bifurcação está a tornar-se um bocadinho perigosa porque, além dos carros que continuam a parar à direita, existe agora uma barreira de cimento à esquerda. Chega-se ao cúmulo de existirem carros parados imediatamente antes do sinal de estacionamento proibido, em cima da curva e do passeio, tornando a circulação ainda mais perigosa.

Refiro este cruzamento com muita frequência por se tratar de uma das principais saídas da cidade. Quem não vem pela circular, apenas tem este acesso à rotunda para sair a poente e qualquer constrangimento que ocorra ali tem repercussões até ao Fanal e ao Alto das Covas e o

mesmo acontece em sentido contrário em que o trânsito, as cargas e descargas no Alto das Covas provocam constrangimentos até à Silveira, chegando mesmo até ao Caminho de Baixo.

Gostaria ainda de alertar para algumas situações de risco que continuam por resolver derivadas das mudanças no sentido do trânsito que ocorreram em S. Carlos devido ao prolongamento da variante. Continuam lá visíveis placas que fazem com que os condutores sigam por sentidos de trânsito proibidos e existe ainda um conjunto de problemas ao pé do triângulo da Canada do Selis em que os carros não respeitam os traços contínuos, embatendo várias vezes nas paredes das casas com riscos para os peões que têm que se deslocar até uma passadeira uns metros antes. Bem sei que aquela estrada é da tutela da Secretaria das Obras Públicas mas a Canada do Selis já não é. Embora reconheça não ser a melhor altura devido à fase de transição governativa na região, gostaria de pedir à Câmara e a esta Assembleia que, logo que possível, voltem a efetuar diligências junto das respetivas entidades do Governo Regional.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela questão do atendimento ao público na Câmara, seguindo um plano de contingência que está em vigor, desfasámos as equipas e foram tomadas medidas que visam conter esta cadeia de transmissão de modo a evitar que se propagasse pelo interior dos serviços. Ainda nada é seguro, porque há análises a serem feitas e resultados por receber, mas foram tomadas as devidas medidas de distanciamento físico e de isolamento entre equipas.

Quanto ao atendimento propriamente dito, para além das medidas que já tinham sido testadas e com razoável sucesso durante o período de confinamento da primavera passada, também se trabalhou no sentido de se criar uma nova ferramenta que hoje deve estar anunciada no jornal Diário Insular. Está disponível na *App Store* e no equivalente dos outros telemóveis, tem a ver com o pagamento das águas, o fornecimento das leituras dos contadores e o acompanhamento de qualquer outro processo, resolvendo assim uma parte importante dos acessos à Câmara. Permite as leituras dos contadores e a sua comunicação em tempo real sem que as pessoas tenham que ligar para o telefone que, apesar de ser um sistema automático de teclas, está muito sujeito a erros e grande parte dos municípios não se consegue entender com ele.

É óbvio que isto não chega a todo o lado porque nem todos dispõem de um *smartphone*, mas esta aplicação permite o acesso a todos os serviços da Câmara Municipal, incluindo o envio de requerimentos. É possível, por exemplo, descarregar alvarás, acompanhar a emissão de licenças de obras, etc. Todos os serviços que a Câmara presta ao público estão disponíveis através dessa aplicação «MyAngra». Se os senhores deputados quiserem fazer o favor de a experimentar, podem descarregá-la do *Google Play* ou da *App Store*. Creio que, com isto vamos retirar uma parte importante da pressão sobre os serviços, particularmente no atendimento via telefónica, visto que centenas ou milhares de pessoas fornecem leituras de contadores desta forma.

A outra alteração que se fez ao nível do atendimento desde a primavera e se tem vindo a revelar muito útil é o envio digital dos alvarás que deixaram de ser emitidos em papel. São assinados digitalmente e enviados diretamente para o endereço eletrónico da pessoa que agora não terá que o imprimir para mostrar em algum lugar; basta aceder à sua área pessoal aqui nos serviços do município e lá estarão todos os alvarás, os válidos e os antigos. Ficou acessível o histórico das pessoas desde 1996 que era o que estava digitalizado. Estes são passos importantes na redução do afluxo de pessoas a este edifício.

Um outro grande grupo de gente que se deslocava aos serviços da Câmara tem a ver com as rendas dos bairros sociais. Para evitar que as pessoas cá venham, preparou-se uma carrinha que se desloca aos bairros e faz lá o atendimento. Este sistema já estava em funcionamento e reforçou-se o número de vias.

Quanto ao atendimento mais personalizado para resolução de questões sociais, os técnicos superiores da área social deslocam-se às freguesias e recebem nas juntas de freguesia ou

noutros edifícios adequados, as pessoas que precisarem de resolver alguma questão, não o possam fazer através da carrinha, não queiram ou não saibam usar outros meios. Tudo isso levou a uma grande redução do afluxo aqui.

Estas medidas já haviam sido tomadas muito antes deste infeliz incidente que tivemos na semana passada quando se percebeu que a situação da pandemia se estava a agravar e já pouca gente se deslocava aqui. Ainda há questões que é preciso resolver diretamente na Câmara, como a entrega de livros físicos de obras mais antigas e outras situações esporádicas e de curta duração que continuam a ser asseguradas pelos serviços, independentemente do encerramento dos balcões de atendimento.

Meus senhores, creio que o município, com respeito a essa adaptação, tomou as medidas adequadas. Esta não é a nossa forma normal de funcionamento mas, apesar das restrições, creio que estamos a dar a resposta mínima necessária.

Respondendo agora à questão referente à obra de S. Pedro e aos riscos de S. Carlos, a pintura da Silveira teve um conjunto de atrasos que lamento profundamente mas chegou o dia e estão já a resolver o assunto. Após as pinturas e caso se mostrar necessário, serão colocados uns pinos fungíveis fluorescentes ao longo do centro da via exatamente para dificultar ainda mais o estacionamento antes de se chegar àquela zona de cimento. Creio ser a única solução possível porque não podemos pôr lá um polícia todo o dia. Como moro para aqueles lados e sou utente frequente daquela via, sei que as coisas apenas acontecem de vez em quando e com menor frequência. A situação melhorou mas ainda não é a que eu gostaria... O senhor deputado João Santos diz que não mas passo ali quatro, cinco ou seis vezes ao dia e continuo a fiar-me nos meus olhinhos.

Quanto ao troço de S. Carlos, ficou deserto um concurso que foi lançado pelas Obras Públicas para a feitura dos passeios, o que implicará a reorganização de todas as pinturas naquele espaço. Estamos na transição de governos e logo que haja condições, voltaremos ao diálogo no sentido de relançar o concurso. As coisas não correram como se previa mas vamos tentar resolver o problema em pouco tempo. Quando isso acontecer, os problemas das varandas ficarão resolvidos através da colocação de passeios e desaparece uma parte substancial das questões aqui apontadas, assim como um outro problema que causa alguns riscos que é a passagem de viaturas pesadas junto às paredes. Apesar do atual sentido único do trânsito, as pessoas continuam a conduzir instintivamente pela mesma faixa, por isso continuam a verificar-se algumas das situações anteriores.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município nestes últimos meses tem sido obviamente dominada pelas questões relacionadas com a pandemia da Covid-19. No que respeita ao funcionamento interno da Câmara Municipal, não é necessário repetir o que já foi aqui referido sobre o assunto mas é óbvio que tem havido sucessivos atrasos em múltiplas situações. A economia não está a funcionar dentro do normal e a vida de todos nós e das instituições tem sido profundamente afetada. Não há nada de particularmente importante a reportar e as coisas têm decorrido dentro da normalidade possível atendendo a todas estas restrições.

Foram ultrapassadas algumas questões referentes à reposição integral dos danos causados pelas cheias no ano anterior. No período entre reuniões resolveu-se o problema das pontes e as únicas questões pendentes têm a ver com a má qualidade de asfaltos e a necessidade de asfaltar. Está a decorrer um concurso público no sentido de se resolver essa questão que está também sujeita a algumas restrições e as coisas não têm corrido como gostaríamos.

Quanto às situações de natureza financeira, com as novas regras que agora passam a ser aplicáveis, as contas da reunião de abril serão provavelmente apresentadas em fevereiro. De qualquer maneira, posso dizer-vos que a execução financeira do município tem corrido bem e não temos nenhuma situação particularmente gravosa; antes pelo contrário, apesar de não ser tão boa como no ano anterior, a nossa situação financeira está bastante confortável.

A pandemia teve algum efeito sobre a despesa, que aumentou substancialmente, e ainda não se ressentiu muito do lado da receita porque as transferências do Orçamento de Estado são feitas sempre com base no ano anterior. O problema de redução da receita surgirá com certeza já no princípio de 2021 mas diria que a situação financeira é estável e a execução é razoável.

No que diz respeito ao pessoal, temos um número relativamente fixo sem grandes variações. Saíram alguns trabalhadores por aposentação, entraram aqueles cujo concurso a Assembleia Municipal tinha autorizado na sua penúltima sessão e temos alguma estabilidade também nessa área.

O município não parou no que toca à área cultural mas as coisas têm funcionado de uma forma muito diferente do que é comum. Privilegiaram-se os meios de transmissão digital e os espetáculos continuaram a decorrer. Durante um período ainda tiveram público embora de forma limitada, mas nestas últimas semanas passaram novamente a não o ter, dado o agudizar da situação de pandemia. Em consequência disso, os concertos foram gravados e assim foi possível criar uma espécie de catálogo mostruário de toda a atividade musical do concelho que agora fica disponível para quando se quiser escolher um grupo para uma festa ou outra atividade qualquer. Embora não muitas, esta é uma das vantagens da pandemia e resolveu-se esta questão que era um objetivo antigo do município.

Foram suspensas e adiadas outras atividades que era comum desenvolvermos no município como as conferências, as apresentações, livros, etc., embora a edição de obras tenha continuado com as coisas a correrem bastante bem nessa área.

O trabalho tem aumentado substancialmente na área social onde temos dado uma razoável resposta ao surgimento de um conjunto de situações aqui e ali, o que me leva mais uma vez a agradecer aos senhores presidentes de junta pelo extraordinário trabalho de proximidade que têm levado a cabo em relação às necessidades sentidas.

Resumindo, embora severamente afetada pela pandemia e com alguma degradação da sua situação financeira, a atividade do município tem-se mantido dentro de padrões aceitáveis sem nada de particularmente importante a reportar.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Uma vez que, nem só de tristezas vive o município, gostaria de destacar alguns aspetos que nos deixam satisfeitos e têm sido reconhecidos e valorizados pelos cidadãos. Quero elogiar quem pensou, projetou e garantiu a construção daquele monumento da rotunda junto à escola Tomás de Borba que vem dignificar aquele espaço próximo de uma escola que garante a aprendizagem das artes na nossa ilha. O projeto está bonito e tem sido reconhecido transversalmente por muitas pessoas.

Um segundo destaque vai para as iniciativas de lazer, nomeadamente a criação do passeio dos artistas na freguesia do Porto Judeu que mereceu também o reconhecimento de várias pessoas que vivem nas várias freguesias daquela zona. A valorização daquele espaço veio aproximar os

cidadãos daquela zona de mar e promover o desporto, o convívio familiar e as atividades ao ar livre.

Na área da valorização e proximidade da Câmara Municipal ao meio rural, penso que estará praticamente concluída uma estrada secundária de caminho agrícola construída pela Câmara e pela junta de freguesia do Raminho que permitirá retirar a movimentação do gado da estrada regional, um aspeto característico da nossa região mas que, na maior parte das vezes, se tornava incomodativo para o trânsito na zona noroeste da ilha.

Reforço aqui o elogio às juntas de freguesia do Porto Judeu, do Raminho e também à Câmara Municipal que apoiou estes projetos, não esquecendo também quem projetou e instalou a iluminação de Natal na cidade. Temos uma linda árvore de Natal na Praça Velha e o edifício da Câmara está muito bonito, o que muito nos orgulha e deixa felizes numa altura em que, infelizmente e pelas razões que todos conhecemos, o movimento na cidade não é tanto quanto o esperado. Pelo menos, podemos contemplar aquelas luzes com a esperança de que, melhores dias virão.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Temos um problema social que, perante esta pandemia, se traduz em alguns maus comportamentos e dificuldades no cumprimento das regras. O senhor presidente da Câmara referiu diversas ações para se conter a pandemia, a senhora deputada Isabel Berbereia relatou-nos o que acontece em frente à feira do gado e esta semana estive no mercado duque de Bragança onde existe um café e pude assistir ao comportamento das pessoas do lado de fora em que o natural desrespeito pelas regras era prática comum por não se cumprir com o devido distanciamento e pela falta do uso da máscara. Como já foi aqui dito, no espaço exterior da praça do gado verifica-se exatamente o mesmo tipo de comportamentos.

Não querendo nenhum de nós defender um concelho, uma região ou um estado securitário, há casos que terão mesmo que ser resolvidos com as forças de segurança e o cumprimento da lei deve ser exercido pela força da obrigação porque está em causa a saúde pública daqueles que cumprem, depois ficam doentes por culpa dos que não cumprem e o bem de todos deve ser o valor mais alto a preservar.

Gostaria de saber se a Câmara tem previsto algum programa de apoio às empresas do concelho se a lei o permitir. Quem tem a felicidade de ter o seu garantido - quem trabalha para o Estado e para instituições públicas - lá vai ultrapassando melhor as dificuldades desta pandemia. Tem conseguido viver melhor os períodos em que as escolas estiveram fechadas e um dos pais pôde ficar em casa a acompanhar os filhos fazendo melhor o teletrabalho. Tem a felicidade de suportar de forma diferente o período de pandemia, garantindo o seu vencimento e o sustento próprio e dos seus mas as coisas têm sido muito mais difíceis para quem tem um negócio privado, uma empresa com funcionários e toda uma série de outras obrigações.

Vivemos uma altura em que é necessário um conjunto de apoios que visem de caras a injeção direta na economia. Chamemos-lhe um capital de crise ou o que quisermos mas há apoios que têm que ser dados de forma direta, uns provenientes do Governo Regional, outros do Governo da República, e não sei em que medida a Câmara terá condições para, também o fazer, sendo que o senhor presidente acabou de dizer que é mais difícil fazer uma boa execução orçamental num contexto de pandemia. Poderão existir verbas que são impossíveis de executar noutras rubricas, fruto do atual contexto, e talvez devam ser injetadas na economia e nas empresas sob a forma de apoios diretos.

Se era já complicada a falta de modernização de algumas das nossas empresas e de parte do nosso comércio local, temos também que aceitar que essa seleção natural irá acontecer. Para os que tiverem hipóteses de sobreviver - que seja um número tão grande quanto possível - julgo cada vez mais pertinente a criação de um conjunto de apoios por parte da Câmara Municipal, pela Câmara do Comércio e por parte de outras entidades que o possam fazer com vista à

modernização das nossas empresas, criando condições para que toda a gente possua uma página *online*, numa rede social ou outra, onde possa mostrar os produtos disponíveis, à semelhança do que fazem as grande multinacionais mas com a vantagem da proximidade. É importante que todos possam ter também serviços de entrega ao domicílio e outros meios que contribuam para reduzir ou evitar a aglomeração de pessoas.

Com ou sem vacina, há um conjunto de hábitos que terão necessariamente que mudar; vieram para ficar e não podemos fechar os olhos numa cegueira autoinfligida. A seguir vem o Natal e depois o carnaval e as medidas devem ser discutidas e decididas já. Gostaria ainda de saber o que a Câmara prevê em termos de cuidados e segurança para que nestes dois momentos, o Natal que é mais íntimo e familiar e o carnaval mais popular, não sejam dados passos atrás na luta contra a pandemia.

Foi aqui referida a possível obrigatoriedade da vacina e a questão dos negacionistas. Se olharmos para a história, a lição que tiramos é que as vacinas salvaram vidas e permitiram sempre grandes evoluções sociais para que pudéssemos sair da idade das trevas e entrar na modernidade. Se pensarmos na evolução da medicina e da tecnologia e na segurança dos medicamentos desde a invenção das vacinas com micro organismos vivos e outros inativados, estamos a falar de tecnologias de DNA e RNA e estamos também a falar de segurança para as populações num nível que nada tem a ver com o passado. Sim, devemos estar preocupados com a emergência do desenvolvimento de uma vacina e da sua testagem e com o encurtamento de todos os prazos possíveis e imagináveis mas devemos estar felizes pelo facto de a termos em breve e por haver países que, pela sua capacidade científica e financeira, vão poder vacinar antes de nós. Se houver coisas boas, sabê-las-emos rapidamente e também ficaremos a conhecer o que houver de menos bom com a vacinação. A maior ou menor vontade de vacinar e de ser vacinado também poderá depender do custo ou da eventual gratuitidade dessa mesma vacina.

Para concluir e não é a primeira vez que falo nisto, julgo que este período de confinamento poderá permitir à Câmara usar os seus recursos para um investimento sério nas obras, na infraestruturação e na execução daqueles investimentos de índole material que até incomodam as pessoas na rua quando se deslocam para os seus trabalhos ou tentam viver as suas vidas ditas normais. Tendo em conta que agora devemos permanecer fechados em casa, esta é uma das formas de o município poder injetar dinheiro na economia, avançando com as obras e investimentos em infraestruturação tão rapidamente quanto possível de acordo com a disponibilidade de empreiteiros e de mão-de-obra para executar essas mesmas obras.

Sr. presidente da Câmara – Existem de facto algumas restrições legais respeitantes aos apoios diretos às empresas que fazem com que o trabalho dos municípios tenha um carácter essencialmente complementar, o que não significa que não haja muitas e significativas ações que possam ser levadas a cabo e da nossa parte temos uma total abertura para tal. Temos mantido um diálogo muito próximo com as estruturas representativas dos empresários e com os próprios empresários, porque muitos deles nos têm abordado, e creio que a primeira fase dessas medidas teve um razoável sucesso em conjugação com aquelas que foram tomadas pelo Governo.

Uma parte importante das medidas termina no último dia deste ano e aguarda-se uma breve pronúncia a respeito de novas decisões a tomar no primeiro semestre. Não me quero repetir mas, da parte da Câmara, estamos atentos e disponíveis e logo que haja notícia do que acontecerá, pediremos uma reunião extraordinária da Assembleia para as medidas complementares que se mostrarem adequadas. A nossa vontade é tão grande quanto a nossa disponibilidade orçamental.

Em resposta à situação que aqui foi referida a respeito de alguns locais de possíveis ajuntamentos, o espaço do mercado já nos tinha sido sinalizado e estão a ser tomadas algumas

medidas como a restrição do horário. Vamos passar a encerrar o mercado às 16 horas porque o número de clientes das outras lojas é muito reduzido e a aglomeração de pessoas que não deveriam lá estar é superior àquilo que é desejável.

As épocas festivas do Natal e do carnaval têm sido também grandes preocupações nossas. Para além do seu valor religioso e da componente simbólica, o Natal é uma grande festa da família e infelizmente existe esta sombra a pairar sobre ele. Espero que, da parte de todos nós, das nossas famílias e dos nossos amigos haja a compreensão necessária para que tudo se passe com as devidas cautelas. Creio que nesta altura todos sabemos recitar de cor e estou certo que haverá aqui alguma consciência mas é óbvio que nem tudo correrá bem e esta é uma questão essencialmente da família.

Infelizmente, tivemos que eliminar totalmente a programação do Natal que ficou restrita à iluminação e à animação volante. É um Natal pobre do ponto de vista da ação municipal mas aquele que é possível face à situação em que vivemos. Estamos a fazer concertos de Natal *online* destinados às famílias e transmitidos apenas pela via digital sem a presença de público e os espetáculos ficam gravados para quem os quiser ver noutros horários.

Existe alguma insegurança quanto ao que irá acontecer com o carnaval. Esperemos que a vacina seja uma realidade por essa altura e haja outras condições mas é óbvio que nada será como desejaríamos. Da parte do município tomaremos as medidas necessárias quando houver maior clareza sobre a situação que se verifique na altura. Já foi acertado um eventual programa especial de carnaval a ser transmitido pela VITEC com gravações de anos anteriores e a possibilidade de algum grupo que exista este ano ser transmitido por essa via sem a presença de público. Essa disponibilidade será instalada naqueles dias no Teatro Angrense que eventualmente estará fechado ao público ou com as limitações que a autoridade de saúde entender adequadas, dependendo da situação que se viver nessa altura. Mesmo fechado, há a possibilidade da transmissão digital para quem queira assistir num carnaval mais voltado para as pessoas ficarem em casa a verem televisão em vez de andarem pela rua e de salão em salão, o que, no próximo ano, é seguramente impensável.

Já manifestámos a nossa total disponibilidade para colaborar com a logística necessária para uma rápida vacinação. Esperemos que sejam apontados dias e locais e cá estaremos para tudo o que for preciso da parte do município.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Há pouco falei nos horários e nos eventuais desfasamentos de atendimento porque a pandemia demonstrou que a nossa sociedade não está tão preparada como se julgava para a desmaterialização e digitalização. As aplicações e as ligações *online* funcionam bem para uns mas não resultam com outros por uma razão infraestrutural e por falta de preparação como ficou bem claro com o teletrabalho e o ensino à distância. As escolas tiveram imensas dificuldades pelo facto de muitos professores não estarem habituados a determinadas coisas e os alunos, que passam o dia agarrados ao telemóvel ligados às redes sociais, revelaram-se incapazes de descarregar um anexo de um *e-mail* ou enviarem os seus trabalhos pela via eletrónica. Temo que o mesmo possa acontecer com uma grande parte dos utentes dos serviços públicos, neste caso dos serviços municipais.

Na sequência do que já foi aqui dito acerca das preocupações com o comércio e da situação laboral dos seus funcionários que poderão ter o futuro comprometido, pergunto se é possível, ao nível do quadro legal e de contratos coletivos de trabalho, algum desfasamento de horários de trabalho, à semelhança do que aconteceu na primeira fase do confinamento, reservando certas horas a determinados públicos-alvo nos supermercados ou ainda a possibilidade do prolongamento dos horários, permitindo algum aumento de vendas por essa via. Talvez a Câmara possa fazer valer os seus bons ofícios juntamente com a Câmara do Comércio ou através da ajuda institucional, permanecendo aberta nesses horários. Gostaria de saber se foram abordadas essas possibilidades.

Sr. presidente da Câmara – Esta Assembleia liberalizou totalmente há poucos anos os horários numa mancha muito alargada que vai desde as 7 horas da manhã até às 22 horas. Teoricamente seria até à uma hora da manhã mas foi feita agora uma restrição por causa da pandemia. Qualquer comerciante do nosso concelho, dentro desta mancha horária, pode abrir ou encerrar o seu estabelecimento na hora ou dia que bem entenda incluindo os fins de semana, sem a necessidade de qualquer tipo de licenciamento ou aviso.

Quanto à digitalização de documentos, de facto também nos temos deparado aqui com sérias dificuldades, algumas de natureza cultural e talvez as mais complexas, e outras por causa da regulamentação de alguns aspetos como, por exemplo, o livro de obras que é um objeto físico aprovado pela Imprensa Nacional que tinha que ser entregue e que agora pode finalmente ser convertido na forma digital.

A tarefa das licenças de obras tem sido complexa e difícil; creio que temos dado passos razoáveis mas há muita coisa a fazer, particularmente na celeridade das respostas e pelo facto de o nosso arquivo antigo de obras ainda não ser digital. A maior parte das obras é feita sobre edifícios que já existem, o que implica a consulta do arquivo físico da obra antiga, e tudo isto nos obriga a trabalhar numa espécie de oscilação entre o físico e o digital. A parte nova entra pela via digital mas é quase sempre complementada com recurso a arquivos físicos, uma tarefa complexa que se complicou ainda mais porque o pessoal que trabalha no setor das obras está também abrangido pelas restrições que resultaram da presença da Covid-19 aqui no edifício.

O atendimento ao público é também complexo porque recebemos aqui na Câmara uma parte da população com fracos recursos económicos e um nível educacional ou académico muito baixo. Tem sido muito difícil a migração para as vias digitais das questões referentes aos bairros sociais, como o pagamento das águas ou outras situações relacionadas com pessoas mais idosas, por isso é que a aplicação que referi há bocadinho e foi hoje disponibilizada, se destina a uma parte do público e não é possível pensar que vamos digitalizar totalmente. A resposta a essa situação vai continuar a ser a criação deste centro de atendimento integrado móvel com uma carrinha que se desloca aos sítios, recebe lá as pessoas e resolve as questões. Temos uma parte da população que não tem contas bancárias, não pode ou não sabe fazer transferências e não utiliza corretamente os cartões de pagamento por impedimento resultante de dívidas ou outras razões.

Existe um público relativamente alargado que precisa ainda de um atendimento físico e é o que estamos a fazer. Uma boa parte destas pessoas que não possui meios bancários tem recorrido às juntas de freguesia que recebem em dinheiro e resolvem a situação a quem não o consegue fazer de outra forma. Temos tido uma multiplicidade de respostas mas a via digital é a que, crescentemente, tem tido maior adesão. Felizmente, é já utilizada por uma parte muito alargada dos nossos clientes e espero que o lançamento desta aplicação hoje permita ainda melhorar esta acessibilidade.

Sra. d. m. Brites Cunha – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais. Antes de mais quero dedicar umas palavras de alento, esperança e ânimo aos funcionários da Câmara que estão infetados e a passarem por esta dificuldade com que nós, açorianos, temos convivido de uma forma permanente e com muita preocupação. Uma palavra de conforto e de melhoras rápidas também para os restantes munícipes que estão na mesma situação.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara me esclarecesse acerca do benefício municipal no IRS, de que forma é aplicado pela Câmara e qual a taxa de participação e de devolução neste momento em que as pessoas têm os seus rendimentos condicionados e as dificuldades são acrescidas. Visto que alguns municípios têm estado a promover uma devolução desta taxa, alargando-a e incrementando-a, gostaria de saber o que é praticado pela Câmara Municipal de Angra e se está prevista alguma alteração nesse sentido.

Sr. presidente da Câmara – A participação é legalmente estabelecida pela Assembleia da República sem que tenhamos qualquer influência no assunto e tem sido sempre nosso entendimento que não deve haver devoluções porque criam um grande enviesamento na distribuição de rendimentos. Quem tem rendimentos muito baixos, paga pouco IRS e o máximo seriam 3%, um valor que não representa nada para essas pessoas, e quem tem maiores rendimentos, obviamente pode e deve contribuir mais. O equilíbrio financeiro do nosso município exige a participação de todos, particularmente agora. Quem tem condições para pagar IRS deve contribuir para que haja também disponibilidade para apoiar aqueles que não têm rendimentos e precisam do apoio da Câmara.

Esta não é a altura para descapitalizar as instituições e por essa via diminuir a sua possibilidade de apoiarem quem mais precisa. O IRS é progressivo, paga mais quem ganha mais e essa progressividade deve depois resultar numa distribuição invertida, recebendo mais quem ganha menos, que é aquilo que os municípios fazem com a aplicação desses fundos. Sem pretender criticar ninguém, tenho visto por parte de outros municípios, políticas manifestamente populistas, pensando tratar-se de uma grande coisa. Não é uma grande coisa para ninguém visto que, quem paga muito receberia uns tantos euros, os outros beneficiariam de uns tantos centimos e todos em conjunto perderíamos cerca de 1 milhão de euros, um dinheiro que muita falta faz para apoiar quem precisa.

Sra. d. m. Brites Cunha – Fazem muita falta os apartes nesta modalidade *online* em que estamos a reunir a Assembleia, senhor presidente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Quero corrigir uma afirmação que fiz há pouco visto que, por informação da senhora ministra da saúde, já é público que a vacina será gratuita apesar de não ser obrigatória.

Estive a ouvir a intervenção do senhor presidente da Câmara sobre as limitações legais acerca de apoios diretos do município nalgumas áreas de atividade mas não há nada que não se consiga fazer quando há vontade. Da mesma maneira que se contratam artistas, subsidiando-os e ajudando-os a manterem a sua atividade e o ganha-pão com atuações *online* pelas vias digitais ou num autocarro em movimento, certamente poderão ser contratualizados diversos serviços com as entidades ou empresas que permitam uma igualdade de oportunidades para todos os que precisarem, uma forma de as empresas e o comércio do concelho poderem desenvolver atividades que lhes permitam candidatar-se a um apoio municipal. Com alguma criatividade e vontade, se isto tem sido feito - e bem - para as filarmónicas, para a cultura, para os artistas e para as instituições de solidariedade social, poderá também aplicar-se às carenciadas áreas produtivas da economia, do comércio e dos serviços porque estes munícipes também pagam impostos, contribuem em tempo de vacas gordas e precisam de ser apoiados numa altura em que elas estão mais magras. Gostaria de não deixar passar em claro esta nossa preocupação.

Passo agora às habituais questões relativas aos eternos problemas das grandes ruínas do concelho, dos investimentos, do hotel da Serretinha, etc. Não preciso de as enumerar todas porque o senhor presidente da Câmara sabe quais são mas gostaria que nos explicasse de forma simples que desenvolvimentos existem no que respeita ao meu habitual pergaminho de perguntas relativas aos grandes investimentos no concelho e o que estará em condições de avançar neste tempo de pandemia porque, sublinho, as paragens por vezes podem ser benéficas a uma preparação profunda por não haver pessoas a usufruírem das instalações, dos bens e dos serviços.

Sr. presidente da Câmara – No que respeita à primeira parte, estou totalmente de acordo com o senhor deputado Luís Rendeiro. Há, de facto, muita coisa que se pode fazer e muito tem já sido feito. Diretamente e em colaboração com as juntas de freguesia e as instituições, em pequenas obras no concelho de Angra, até agora foram investidos cerca de 3 milhões de euros

só neste ano, dinheiro que entra diretamente nas empresas. É isso que temos vindo a fazer com muita intensidade num processo que tem contado com a participação das juntas de freguesia.

Praticamente todas as instituições sem fins lucrativos do concelho têm servido de veículo para que o dinheiro do município chegue às empresas e a quem mais precisa dele. É um trabalho que vamos continuar no próximo ano como está refletido no orçamento que vamos discutir a seguir em que privilegiaremos tanto quanto possível essa via de injeção de dinheiro no comércio local e nos prestadores de serviços, particularmente nos mais pequenos.

As juntas de freguesia e as instituições financiadas pelo município têm conseguido manter uma notável atividade económica em todas as nossas freguesias. Nada disto seria possível, não fora este esforço que o município está a fazer, o que nos leva àquilo que dizia há bocadinho a senhora deputada Brites Cunha. Sem dinheiro não é possível intervir e é preciso preservar o músculo financeiro de todos nós.

No que respeita às ruínas, como se pode compreender, os últimos tempos têm sido pobres em novas iniciativas e pouco posso acrescentar em relação às informações prestadas nas sessões anteriores desta Assembleia. A McDonalds veio trazer uma nova centralidade à zona dos Celeiros que está a refletir-se num conjunto de outras pequenas iniciativas que vão acontecendo ali à volta. Estou convencido que as avenidas se transformarão num lugar atrativo para um conjunto de atividades económicas que esperamos ver refletidas na resolução dos outros três lotes restantes daquela zona.

Pouco ou nada aconteceu em relação ao edifício da antiga fábrica de laticínios porque algumas das iniciativas que estavam em andamento, tiveram agora algum resfriamento e vamos ver como as coisas evoluem. Os proprietários do imóvel do antigo hospital apresentaram um conjunto de ideias mas tem havido também algum silêncio daquele lado e desconheço qualquer evolução da situação em relação à Serretinha. O concurso que fizemos para a empreitada da estrada ficou deserto, estamos em vias de o relançar a breve trecho e vamos ver se desta vez teremos sucesso já que ambos os investimentos têm uma relação de causa e efeito. Nos últimos tempos também não tenho tido informação sobre as intenções da empresa proprietária que tinha anunciado a abertura para este ano mas resolveu adiá-la para o ano que vem por razões óbvias. Sei que está a ser feito algum investimento no prédio e espero que seja possível abrir no próximo ano.

A obra daquele edifício na Rua de Jesus de que muito falávamos, está praticamente pronta e a aproximar-se da sua abertura, uma situação que fica definitivamente resolvida tal como aconteceu com o edifício da Rua do Marquês que estava em ruínas e agora é o Centro Interpretativo.

Posso também anunciar à Assembleia que ontem foi celebrada a escritura de aquisição dos terrenos nas traseiras do seminário que já passaram para a posse da Câmara e a obra mais alargada do mercado, que entretanto foi projetada, já não tem qualquer obstáculo. Estamos na fase final de revisão do projeto mas foram levantadas algumas questões como, portas contra fogo e outras situações de proteção civil que não foram aprovadas pela entidade competente e estão agora a ser corrigidas para podermos avançar com a obra.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Julgo que terá sido encontrada uma pessoa já cadáver no edifício da antiga fábrica de laticínios ELA. Sabendo tratar-se de um edifício privado e sendo que a Câmara Municipal não possui qualquer capacidade de intervenção nessas circunstâncias, a verdade é que temos tido sempre alguma dificuldade em obter informações nas nossas reuniões da Assembleia Municipal acerca do que se passa nos Conselhos Municipais de Trânsito, de Segurança, etc. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se pode intervir a respeito das questões de segurança nesse espaço visto que já aconteceu uma situação semelhante no velho edifício do antigo hospital. A manutenção no sentido de evitar o eventual colapso das ruínas

propriamente ditas e todas as questões de segurança e salubridade no município são muito importantes.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara tem efetivamente competências nessa área e pode exercê-las como aconteceu recentemente num incidente ocorrido junto ao Teatro Angrense na Rua da Esperança a respeito de um edifício que ficou sujeito a um longo período de embargo judicial. A Câmara pode determinar o encerramento de espaços e a realização de obras. Infelizmente, ao que parece, esta morte deveu-se a um suicídio e não era alguém que lá vivesse. Tratou-se de um infeliz incidente, não é uma matéria que caiba neste debate e o assunto diz respeito às autoridades respetivas da área da investigação criminal. O proprietário desse edifício tem até tido uma gestão cuidada dos acessos e mantido as situações relativamente controladas. De qualquer maneira, havendo notícia de algo que o justifique, o município tem poderes que lhe permitem fechar edifícios e resolver este tipo de situações. É uma responsabilidade nossa que exerceremos quando for necessário.

Terminadas as intervenções, a Informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2021. O Orçamento da Câmara Municipal e as GOP's para 2021 apresentam os seguintes valores:

Orçamento:

- Receitas correntes: 22 160 496,00 € (vinte e dois milhões, cento e sessenta mil quatrocentos e noventa e seis euros).
- Receitas de capital: 4 130 605,00 € (quatro milhões, cento e trinta mil seiscentos e cinco euros).
- Total geral das receitas: 26 291 101,00 € (vinte e seis milhões, duzentos e noventa e um mil cento e um euros).
- Despesas correntes: 17 903 381,00 € (dezassete milhões, novecentos e três mil trezentos e oitenta e um euros).
- Despesas de capital: 8 387 720,00 € (oito milhões, trezentos e oitenta e sete mil setecentos e vinte euros).

Despesa inscrita nas Grandes Opções do Plano:

- Grandes Opções do Plano: 12 199 590,00 € (doze milhões, cento e noventa e nove mil quinhentos e noventa euros).
- Total geral das despesas: 26 291 101,00 (vinte e seis milhões, duzentos e noventa e um mil cento e um euros).

O mesmo orçamento contém o mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2021, o plano de formação para 2021, as normas sobre a execução orçamental, o balanço previsional, a demonstração de resultados previsionais e a demonstração de fluxos de caixa previsional. Para deliberação do órgão executivo municipal e posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sr. presidente da Câmara – Começo por pedir desculpa aos senhores membros da Assembleia por um erro cometido por mim que levou ao agendamento do Ponto 1.2. O documento distribuído termina por um relatório do Revisor Oficial de Contas que faz parte da questão orçamental.

Chamo a atenção da Assembleia para o facto de este orçamento ser radicalmente diferente da forma dos orçamentos a que estávamos habituados. Isto resulta da entrada em vigor de uma nova organização dos orçamentos, o chamado SNC-AP que é aplicado pela primeira vez no nosso município este ano. O orçamento está construído de acordo com regras diferentes, daí o seu aspeto diferente, embora do ponto de vista da sua orientação política e financeira seja a continuação dos anteriores. Este é o último orçamento deste mandato autárquico em que a forma mudou por razões de enquadramento legal.

Uma outra alteração que também aqui se nota é o facto de passarmos a ter um orçamento único. Em anos anteriores aprovávamos sempre os orçamentos da Câmara e dos Serviços Municipalizados, agora temos um documento único que também reflete essa nova realidade que foi a internalização dos SMAH. Uma das consequências dessa integração é que parece que a nossa Câmara subitamente ficou com mais dinheiro o que não corresponde à verdade. Acontece que este orçamento é a soma de dois mas apresenta sensivelmente o mesmo valor que em anos anteriores.

Temos um orçamento inicial na casa dos 26 milhões de euros que, com a transição de saldo na casa dos 3 milhões de euros, deverá aproximar-se dos 30 milhões. O objetivo é dispormos de cerca de 30 milhões de euros no próximo ano económico e tudo indica que o conseguiremos. Como disse há pouco, este é um orçamento de continuidade, o último deste mandato autárquico que nada tem de novo, a não ser as questões de forma.

Parece que o nosso município teve também um enorme aumento de pessoal, o que poderá causar alguma estranheza e será provavelmente reportado pela DGAL na informação que vem a seguir, mas trata-se apenas de um artifício que resulta da junção do pessoal dos SMAH ao pessoal da Câmara. A despesa com pessoal tem também um procedimento extraordinário que corresponde ao resultado da soma das duas despesas. Para evitar estranhezas, no ano 2020 há um valor anormalmente alto de despesa com pessoal e a seguir existe um valor de saldo muito alto porque o orçamento inicial do Serviços Municipalizados previa o pagamento dos salários do seu pessoal durante todo o ano. Os últimos seis meses estão duplicados no orçamento da Câmara e no orçamento dos SMAH que no fim aparecem a vermelho naquilo que aparenta ser uma enorme poupança de despesa com pessoal mas não é poupança, coisa nenhuma; é pura e simplesmente este artifício orçamental por termos tido o pessoal dos SMAH orçamentado nos dois lados entre julho e dezembro. No fim há uma não execução que corresponde ao excesso orçamental que estava no quadro.

Temos um orçamento que segue as mesmas orientações e mantemos as transferências para as freguesias ao mesmo nível de anos anteriores. Isto significa à partida cerca de 700 mil euros para as freguesias rurais e cerca de 200 mil euros para as freguesias urbanas. Para além deste valor há ainda o financiamento de obras em todas as freguesias que representam mais cerca de meio milhão de euros. Na verdade, estamos aqui a propor a transferência para as freguesias de cerca de milhão e meio de euros no próximo ano. Creio que as nossas freguesias são as mais bem financiadas de todo o arquipélago e, provavelmente, de todo o país.

Do ponto de vista da receita temos mais uma vez uma redução no IMI. Tivemos que ativar mais dinheiro face às questões que dizem respeito a este imposto municipal no centro da cidade e estamos a prever uma receita inferior à que vínhamos a ter anteriormente na casa dos 2 milhões de euros de receita total.

Estamos a prever uma razoável estabilidade nas outras receitas do município. Há um aumento francamente simpático nas transferências do Estado que, de alguma maneira, compensará a perda do IMI e temos uma redução nas transferências vindas da EDA porque isto é uma percentagem das vendas de eletricidade no concelho que este ano sofreu uma redução efetiva e traduz-se também nesta receita. Contudo, o município mantém uma estabilidade na área da

receita, embora aqui com uma redução de 300 mil euros que resulta deste balanço entre as novas transferências e a perda do IMI.

Em termos de repartição grosso modo da despesa, cerca de 68%, aproximadamente 2/3, são despesas correntes e 32%, cerca de 1/3, são despesas de capital. Nas despesas globais do município, aquela que mais avulta é a despesa com pessoal que consome 8,7 milhões de euros, o maior agregado de todas as despesas. Temos obviamente um conjunto muito alargado de transferências correntes para as juntas de freguesia e para as diversas instituições, o que reflete esta opção de se manter bem financiadas as instituições e de, por essa via, fazer chegar à economia o dinheiro que ela precisa.

A maior parte das despesas de capital vai para as obras que estão em curso: a obra do novo mercado que é da responsabilidade da Câmara e as outras duas obras, da igreja do Livramento e da igreja das Concecionistas, que finalmente começaram a ter o seu desenvolvimento. São obras de grande peso que se vão refletir no orçamento.

Como estamos num ano de fim de mandato, vale a pena fazer uma referência às questões do endividamento. No que diz respeito à dívida do município, partimos de um endividamento na casa dos 27 milhões de euros que neste momento ronda os 9 milhões. Houve aqui uma redução de 2/3 da dívida da Câmara, que é um resultado extremamente simpático, e tenho que repartir os louros com aqueles que, de todos os partidos, nos têm acompanhado na Câmara e também com esta Assembleia Municipal que tem sabido aprovar orçamentos sensatos que levaram a uma consolidação da dívida.

A situação preocupante de endividamento excessivo do município de há uns anos está totalmente ultrapassada. Temos um endividamento situado nos 9 milhões de euros no fim deste ano que ficará pouco acima dos 8 milhões no fim do próximo ano, cumprindo-se os prazos de pagamento que estão contratualizados com a banca. Numa extraordinária redução, acabaremos este mandato autárquico com uma dívida que ficará ligeiramente abaixo dos 8 milhões de euros e este ano vamos pagar também 1,4 milhões de euros de dívida antiga. Gostaria de chamar a atenção para o facto de a grande maioria desta dívida ser excepcionada. Para aqueles que não se lembram deste significado, o município é titular da dívida mas não a paga porque está relacionada com investimentos feitos no âmbito da habitação social. O município procede ao pagamento mas recebe uma comparticipação do Governo Regional e do IHRU.

Retirando a dívida excepcionada, o valor que o município terá que pagar de dívida no fim do próximo ano é de cerca de 3 milhões de euros, o que leva a que nos possamos considerar numa situação financeira sólida que nos deve orgulhar a todos. Caso venha a ser necessário recorrer a endividamento futuro, a nossa capacidade está acima dos 20 milhões de euros. Para aquilo que são as necessidades do município, temos uma capacidade de endividamento relativamente infinita e não significa que a queiramos exercer, antes pelo contrário, porque não queremos estragar todo o trabalho que tivemos em reduzir a dívida. Deixa-se aqui um legado para que haja alguma liberdade e quem vier a governar esta Câmara, não se sinta restrito pelo passado.

O orçamento tem esta forma e está feito em termos do SNC-AP. Tem no fim um anexo que estava anunciado no Ponto 1.2 e é uma obrigação legal. Olhando para as contas passadas, trata-se de uma certificação pelos auditores de que, por um lado, as receitas que vamos inscrever no ano que vem, têm realismo e são verdadeiras, e é também um olhar para os próximos quatro anos. Este orçamento tem também este carácter previsional e por aqui é possível comprovar que nos encontramos numa situação financeira nada preocupante. Podemos considerar-nos bem servidos no que diz respeito às finanças municipais.

Quero mais uma vez manifestar o meu apreço aos senhores membros do executivo e aos senhores vereadores da oposição. O orçamento foi aprovado por unanimidade e teve o contributo de todos através das suas propostas que, unanimemente, considerámos boas e as

incluímos no orçamento que resultou de um profundo e profícuo diálogo interno que muito nos honra a todos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Começo com uma dúvida em relação a um conjunto de investimentos constantes da rubrica «Eficiência Energética» que reportam um reforço no controlo do conforto térmico na cobertura e caixilharias em dois subpontos, um no valor de 520 mil euros e outro de 945 mil euros. Gostaria de perceber melhor a que isto se refere.

Estão aqui previstas outras situações, concretamente a central de passageiros e a melhoria de acessibilidades aos transportes públicos, totalizando cerca de 500 mil euros. Gostaria que fossem referidos os projetos ou as ideias subjacentes, uma vez que o mercado municipal, que inicialmente ficaria no Bailão, será construído na sua atual localização.

Sr. presidente da Câmara – O maior dos investimentos identificados a respeito de eficiência energética refere-se à substituição dos tetos, caixilharias e isolamento térmico das piscinas municipais. Neste momento a piscina está a funcionar com graves restrições, desde há muito que não tem AVAC a funcionar por isso cria grandes condensações e graves problemas no seu funcionamento que levam a um dispêndio energético elevadíssimo que pode e deve ser controlado através de um investimento que já foi aprovado no seu cofinanciamento, é prioritário e está neste momento a concurso.

O segundo edifício é o conjunto destes dois aqui na Praça Velha e tem a ver com a substituição de tetos e arranjos de janelas. Temos um problema de infestação de térmitas no teto do edifício dos Paços do Concelho que ameaça as boas madeiras que aqui temos e é urgente fazer um arranjo aí, além de um outro problema nas janelas que não têm isolamento térmico ou acústico e facilitam a entrada de térmitas o que leva a graves problemas de manutenção do edifício.

A central de passageiros está neste momento a concurso. Será construído no Bailão onde agora existe a paragem do mini bus, um terminal relativamente pequeno com uma sala de espera, um espaço de serviços e uma pala que abriga até seis autocarros dos grandes. Concentraremos ali as chegadas e partidas da cidade, resolvendo alguns problemas de trânsito, vibrações e deformações de calçadas aqui na zona central. Esse projeto foi desagregado do projeto do mercado e fica exatamente onde estava previsto inicialmente. Não reduz o espaço de estacionamento do Bailão e ocupa apenas aquela ponta do relvado onde existia o tanque do gás da piscina.

Sra. d. m. Marília Vargas – O voto do grupo municipal do PS vai no sentido da aprovação deste orçamento. Queria enaltecer o senhor presidente da Câmara e o executivo camarário pela manutenção do equilíbrio das contas com a agravante desta situação de pandemia que estamos a viver, conseguindo também uma grande diminuição da dívida do município e mantendo a receita mais ou menos estável sem aumento de impostos.

A obra do mercado Duque de Bragança é de grande importância para o município, assim como a reconstrução da igreja das Concecionistas e a igreja do Livramento, duas obras de grande destaque para a manutenção do nosso património cultural. O nosso sentido de voto é favorável e a Câmara Municipal está de parabéns por este orçamento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estamos todos conscientes de que este é o último plano e orçamento deste mandato autárquico. Este orçamento vem no seguimento de todo um trabalho que tem sido feito e não podemos deixar passar o momento sem enaltecer a boa saúde das finanças do município. A execução tem sido fruto de uma orçamentação conservadora e de sucessivos orçamentos retificativos de modo a evitar-se previsões erradas ao longo dos mandatos mas, antes assim do que ao contrário. Em nenhuma circunstância poderíamos dar um voto desfavorável a um orçamento com uma matriz de boa gestão das contas públicas, independentemente de concordarmos mais ou menos com as opções políticas deste mandato.

Não poderíamos deixar de sublinhar também a aposta, o investimento e o aumento das transferências que têm vindo a ser feitas para todas as freguesias do nosso concelho. É de elementar justiça a comparação com o município vizinho para se verificar que as condições financeiras das freguesias do concelho de Angra são muito mais vantajosas do que as da Praia da Vitória.

Continuo a sublinhar o bom entendimento entre o executivo camarário e os vereadores da oposição que tem permitido um trabalho de equipa verdadeiramente frutuoso e a incorporação das propostas do PSD em cada sessão das reuniões de Câmara no quotidiano e na gestão do nosso município. Em termos de bancada do PSD, continuamos a lamentar a não concretização e materialização em campo de alguns dos grandes investimentos que já têm andamento administrativo e concursal mas ainda não viram execução nem as máquinas a trabalhar. Bom, isto pode até ser uma justiça poética porque, da maneira como os tempos correm, pode ser que seja o PSD a concretizar e a construir os seus próprios investimentos e apostas, sozinho ou em coligação. Quem sabe. Os tempos são de ventos possivelmente favoráveis e o futuro a Deus pertence.

Deixando uma análise mais técnica do orçamento ao meu colega de bancada Délio Borges, podemos desde já anunciar que o PSD se vai abster na votação deste orçamento, viabilizando-o e salientando o que tem de bom, lamentando as alturas em que não se vai mais além porque também respeitamos e percebemos as prioridades, sabendo que foi outro o programa político de quem ganhou as eleições por maioria. Pode ser que também isso seja possível de alterar a breve trecho.

Sra. d. m. Brites Cunha – Gostaria de um esclarecimento acerca de uma verba inscrita no valor de 2,7 milhões de euros para a modernização, dos quais, 728 mil se destinam a trabalhos especializados de resíduos.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se do pagamento dos resíduos a quem os trata, mais concretamente à TERAMB. Isto fazia parte do orçamento dos SMAH e agora aparece pela primeira vez no orçamento da Câmara devido a esta junção. Não há aqui nada de novo, é pura e simplesmente o que pagamos para incinerar os nossos resíduos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Concordamos com um conjunto de medidas que votaremos a seguir e em relação às quais temos sempre manifestado o nosso apoio, concretamente a manutenção das taxas de IMI nos valores mínimos e a diferenciação que tem sido feita em relação a determinadas freguesias e outras zonas do concelho com vista ao favorecimento do desenvolvimento dessas áreas. Destacamos e reconhecemos ainda o esforço da Câmara em não ter agravado, nos últimos dois mandatos passados em anos de crise desde 2012, as taxas dos extintos Serviços Municipalizados. Achamos benéfica, toda esta panóplia de medidas e realçamos o nosso apoio a esta forma de liderança do concelho e ao serviço público prestado pela autarquia. Por outro lado, respeitando as opções políticas legitimadas e o que foi candidatado nas últimas eleições há mais de três anos apesar das mutações sofridas em relação ao que foi inicialmente apresentado, devemos respeitar quem nos elegeu pelas nossas opiniões diferentes, votando contra este Plano e Orçamento.

Repescando algumas situações merecedoras da nossa concordância como, por exemplo, a construção do mercado municipal na sua atual localização, lembro que foram propostas feitas pelo CDS-PP nos finais da década de 1990 ou início da década de 2000 que têm vindo a ser adiadas desde então. Estamos muito satisfeitos pelo arranque da obra mas com uma verba insipiente neste Plano e Orçamento para projetos, algo que, decerto, se arrastará para o próximo mandato.

Por este conjunto de razões e lembrando mais uma vez as opções positivas, vamos votar contra este Plano e Orçamento, sublinhando o que foi dito pelo senhor presidente da Câmara e pelo

senhor deputado Luís Rendeiro em nome do PSD. Não estando representado no elenco da Câmara, o CDS-PP tem tido também uma postura correta e colaborativa com os membros da Assembleia Municipal, o único órgão onde o partido está representado, demonstrando sempre abertura ao diálogo que é sempre salutar. Pelas razões aqui expostas, o nosso sentido de voto será contra.

Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2021 constantes do Ponto 1.2 foram aprovados por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente), 7 abstenções do PSD e 2 votos contra do CDS-PP.

1.3 – Aplicação de Regime de Derrama nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara propõe a manutenção da situação dos últimos dois anos e não há qualquer alteração no documento que foi proposto.

O documento constante do Ponto 1.3 foi aprovado por unanimidade.

1.4 – Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2021 nos termos do artigo 112.º - A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara propõe a manutenção da situação que vigorou nos últimos sete anos.

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. A Câmara Municipal volta a aplicar o desconto de 30% para os prédios situados na zona classificada mas a situação não se coloca visto que os mesmos estão já isentos por lei do parlamento nacional.

Sr. presidente da Câmara – Não é assim. Estão apenas isentos os prédios da zona UNESCO que é um subconjunto da zona classificada. Basicamente, estão apenas isentos os prédios classificados como monumento nacional situados entre a Rua do Cruzeiro e o Alto das Covas e entre a Rua do Rego e o mar. A zona classificada é bastante mais vasta.

A proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

1.5 – Segunda alteração ao regulamento «Regime de concessão de apoios excecionais às famílias e à retoma da atividade económica» no âmbito da mitigação das consequências da pandemia da COVID-19. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sr. presidente da Câmara – Peço que a proposta da Mesa da Assembleia Municipal constante do Ponto 2.2 sobre a cobrança da ocupação de espaços públicos, seja aqui integrada porque isto faz parte da matéria do mesmo regulamento.

A proposta vinda da Câmara visa pura e simplesmente fazer uma gradação do valor de indemnização a atribuir a quem neste momento ocupa espaços no mercado municipal. O regulamento que foi aprovado em junho passado não fazia essa distinção e depois de estabelecido o contacto com quem lá está, chegou-se à conclusão que não estavam a ser devidamente consideradas certas questões de justiça.

Do ponto de vista da dimensão dos estabelecimentos, do número de trabalhadores e do investimento feito naquele espaço, não se pode comparar uma banca usada no mercado desde

há um par de anos com uma peixaria ou um restaurante que lá estão há muito mais tempo, tendo realizado investimentos muito avultados. Por esta razão, o mesmo valor de cerca de 450 mil euros será dividido de forma diferente, atribuindo neste caso 40 mil euros ao restaurante, 25 mil euros às peixarias, às padarias e ao café e para as bancas, começando em 20 mil euros para as mais antigas e reduzindo gradativamente em função do período de ocupação, sendo que se considera mais antigo quem lá está há mais de quinze anos.

É esta a alteração que se propõe que também resultou de uma negociação e de um contacto que se foi estabelecendo com as pessoas interessadas na resolução deste problema. Volto a lembrar que isto não é de aceitação obrigatória e a Câmara também assumiu o compromisso de colaborar com aqueles que não queiram receber indemnização no sentido de se encontrar uma solução alternativa durante a obra do mercado que tem um período estimado na casa dos três anos.

Terminadas as intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

1.6 – Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este é um regulamento de natureza técnica e resulta da necessidade de atualização do regulamento atualmente em vigor face àquilo que são as recomendações da entidade reguladora desta matéria, em particular da aplicação da legislação regional que transpõe as diretivas comunitárias sobre resíduos. Não se traduz em qualquer alteração naquilo que é a prática atual, apenas se pretende modernizar o regulamento e incluir um conjunto muito alargado de matérias que não estavam consideradas no regulamento anterior com cerca de vinte anos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Julgo que os senhores vereadores terão já discutido em reunião de Câmara, esta matéria que tem a ver com o valor que está a ser cobrado pela deposição de lixo nos aterros, nomeadamente os resultantes da atividade de jardinagem, e parece-me que a situação é idêntica no que respeita a alguns resíduos das pequenas obras de construção civil.

O que está a ser cobrado em função do peso dos resíduos depositados no aterro, muitas vezes é clara e imensamente superior ao custo do serviço realizado por trabalhadores independentes que vivem do trabalho ao dia. Dou um exemplo que aconteceu em casa dos meus pais que têm um jardineiro que ganha a vida ao dia com vários clientes quando há serviço. As pessoas estão a começar a cortar as palmeiras para se livrarem dos pombos. Um dia esse senhor foi cortar uma palmeira - porque as palmeiras têm aquela tendência para albergarem pombos, outra das pragas que não referi aqui hoje mas poderia tê-lo feito - e relatou que o custo de deposição dos resíduos nas instalações da TERAMB, acrescido do custo do transporte e do combustível, é claramente superior aos rendimentos do seu dia de trabalho e uma palmeira grande pesa várias toneladas. Ora, das duas, uma: ou o dono da obra assume o custo dessa deposição, como aconteceu com os meus pais, ou a tendência clara desses profissionais é livrarem-se desse custo, não depositando os resíduos no local adequado. Muitos de nós já se terão apercebido de um aumento de entulhos, resíduos e ramagens a serem depositados clandestinamente na via pública e em terrenos privados.

A minha intervenção vai no sentido de solicitar à Câmara a reavaliação do modo de atuação no que diz respeito a este tipo de situações que são francamente diferentes dos grandes produtores de resíduos e entulhos do concelho. Nestes casos e para estes profissionais deveria haver um regime que permita um incentivo absoluto à deposição dos resíduos nas instalações da TERAMB passando desde logo pela sua gratuidade para que, de modo algum, seja

compensadora a sua deposição noutra local que não o devido. Com o atual regime de taxas e pagamentos, o que está a acontecer na prática é um desincentivo à deposição desses resíduos em local próprio. Como disse há pouco, já tínhamos manifestado esta nossa preocupação mas volto a trazê-la de forma ainda mais convicta por ter vivido o custo associado ao corte de uma simples palmeira.

Sr. presidente da Câmara – Essa questão tem a ver com o tarifário da TERAMB que será discutido no Ponto 1.15 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia lá mais adiante mas posso prestar-lhe um esclarecimento. Dentro de condições razoáveis, as juntas de freguesia têm feito a recolha de palmeiras, lenhas e outras coisas que tais, normalmente procedem à sua entrega que não é gratuita, e o município é que paga. Essa questão pode vir a ser estendida a outros pequenos produtores mas tem que ser vista em função dos contratos com a TERAMB. De qualquer maneira, haverá novas regras num horizonte muito próximo para os chamados bio-resíduos. A União Europeia estabeleceu um conjunto de metas para resíduos orgânicos que possam ser compostáveis, nos quais se incluem as ramagens, troncos de palmeira e outros do género, o que vai implicar a criação de um novo fluxo. Antecipando-se a esta obrigação, o município está neste momento com três obras a concurso nos Altares, nas Doze Ribeiras e em S. Sebastião que visam a criação de centros de entrega gratuita destes materiais. Isto acabará por ter uma solução diferente por via da criação desse fluxo mas volto a frisar que o assunto nada tem a ver com o regulamento agora aqui em análise. É uma matéria relacionada com o Ponto 1.15 ainda mais próxima com a própria atividade municipal. Depois teremos que tomar aqui algumas opções em relação à possível criação da fileira dos bio-resíduos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Começando por pedir desculpa pelo debate no ponto errado, prometo não o fazer de novo no ponto certo. Nada tenho a opor ao que disse o senhor presidente da Câmara mas continuamos a falar de questões que não se sobrepõem. O caso em apreço aconteceu na freguesia de S. Pedro que, por ser também ela detentora de uma grande parcela urbana, não tem essa capacidade para tratar este tipo de resíduos e o facto de haver a possibilidade da criação de centros de deposição em algumas freguesias do concelho em nada prejudica aqueles que puderem e pretenderem levar os resíduos diretamente às instalações da TERAMB.

Para ajudar a controlar estas atividades, posso até sugerir que os operadores privados de pequena dimensão, os jardineiros, o pequeno construtor civil que tem uma carrinha e faz pequenas obras ao dia ou outros trabalhadores individuais se possam inscrever na Câmara ou na TERAMB como prestadores desse tipo de serviços, beneficiando da possibilidade de os entregar sem o atual custo por tonelada de produção de resíduos que é manifestamente alto e está a causar inversão nos bons comportamentos...

Sr. presidente da Câmara – É manifestamente baixo. É o mais baixo do país a 25 euros por tonelada quando a média está nos 70 euros. É um custo extraordinariamente baixo face à realidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Então e infelizmente, é manifestamente mais baixo o custo do trabalho desempenhado por esses profissionais e essa proporcionalidade que deve ser tida em conta. O custo da hora de trabalho andar na casa dos 6 ou 7 euros, mais ou menos o que ganha um servente da construção civil. Os 25 euros por cada tonelada são imputados como custo acrescido e comem o lucro do desgraçado do jardineiro que vai cortar umas ramagens ou umas palmeiras, carrega-as na sua carrinha de 3 500 kg ou numa *Pick up* e ao chegar às instalações da TERAMB depara-se com o custo de um dia de trabalho a ser consumido por esta taxa quando pretende depositar os resíduos no local devido. Não está em causa a bondade do tarifário que a TERAMB cobra para os resíduos de um modo geral, mas este tipo de situações - que são extraordinariamente comuns no nosso concelho - devem ser atendidas pela Câmara sob

pena de vermos o regresso dos lixos e entulhos às bermas das estradas, um comportamento que vinha a diminuir nos últimos anos.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara é sensível a essa matéria e já foi construído numa estrutura de betão à entrada da TERAMB um destes centros de receção. Serão construídos os outros três e o objetivo é que as pessoas das freguesias mais próximas passem a dispor de quatro locais para entrega destes materiais. Essa questão terá que ser discutida com o conselho de administração da TERAMB e com os nossos vizinhos da Praia da Vitória no sentido de se estabelecer uma política adequada para a gestão destes resíduos. Mais uma vez volto a afirmar que o assunto nada tem a ver com este ponto e teremos que o rever noutra altura.

Sra. d. m. Brites Cunha – Peço ao senhor presidente da Câmara um novo esclarecimento relacionado com o novo artigo 5.º do regulamento que agora se pretende aprovar, nomeadamente nos números 2, 4 e 5 que conferem à Câmara a possibilidade de contratar com outras entidades, em regime de contrato de prestação de serviços ou de concessão, esta gestão do sistema de resíduos. Não encontrei paralelo no regulamento em vigor até então, por isso lhe pergunto a que se deve esta novidade e o que a Câmara tem previsto sobre esta matéria, sendo certo que vejo sempre com muito bons olhos a possibilidade de contratar com a iniciativa privada.

Se há coisa que tem corrido muito bem no município é precisamente a gestão dos resíduos e temos até sido unânimes na congratulação que fazemos amiúde, sobretudo nas alturas mais complicadas como as festas Sanjoaninas e outras em que é exemplar a forma como este serviço camarário decorre. Gostaria de saber qual a estratégia em cima da mesa que não se consegue desde logo perceber através da nova redação de um regulamento que se pretende aprovar de novo.

Sr. presidente da Câmara – Isto é precisamente o reconhecimento da atual situação. O município tem contratado com uma entidade intermunicipal o tratamento em alta. Há pouco a senhora deputada perguntou a que se destinava o pagamento que está previsto; pois, a TERAMB recebe os resíduos em alta...

Sra. d. m. Brites Cunha – Foi precisamente por isso que lhe fiz a pergunta nessa altura, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – A resposta também está aqui, ou seja, quando são referidas as entidades intermunicipais, leia-se: TERAMB. Quanto aos privados, neste momento há uma empresa contratada para esse fim, a RECOLTE, que faz a recolha de todos os recicláveis em todo o concelho à exceção do centro da cidade de Angra e a triagem está contratada a outra empresa que é a RESIAÇORES. Neste momento existem todos estes prestadores de serviços no âmbito do sistema de resíduos e o que se está aqui a fazer é apenas verter na letra do regulamento, aquilo que é uma prática desde há muitos anos. Isto não representa qualquer alteração ao funcionamento do sistema, apenas se lhe pretende reconhecer todas estas vertentes. O ano passado nas Sanjoaninas contratou-se uma empresa que ajudou na limpeza para a tornar ainda mais eficaz... *(som impercetível durante cerca de 4 segundos)*.

Sra. d. m. Brites Cunha – Segundo percebo, não é intenção da Câmara alargar o âmbito de serviços a estas empresas contratadas, mantendo sempre o seu serviço interno a funcionar?...

Sr. presidente da Câmara – A Câmara tem os seus trabalhadores e acabou de fazer um investimento gigantesco em equipamentos. Este ano gastámos cerca de 980 mil euros na aquisição de novas viaturas de recolha de resíduos, ficámos com um sistema totalmente renovado e não vamos abdicar disso. Já devem ter visto a circular pelo concelho alguns carros totalmente novos. O que temos aqui é uma flexibilidade e a possibilidade de irmos gerindo os recursos em função das necessidades e da maior eficiência do serviço prestado. Neste momento está a decorrer um alargamento da recolha dos recicláveis ao centro da cidade, porque o

mercado dos recicláveis tem sido muito complicado nos últimos anos e neste último em particular, e a RECOLTE tem um sistema de venda dos recicláveis mais eficaz do que o nosso. Sem aumento de custos para o município, estamos a alargar a recolha dos recicláveis do centro da cidade também a essa empresa para obtermos a máxima eficiência do sistema. Esta gestão é feita em função da evolução do mercado, dos preços, da disponibilidade do pessoal e das oportunidades que vão surgindo, não resultando daqui nenhuma intenção de alteração radical no serviço, apenas mantendo o que temos vindo a fazer ao longo dos anos.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – *(24 segundos de áudio impercetível no sistema de videoconferência).* ... instalação dos contentores subterrâneos já referidos aqui numa sessão anterior naquilo que poderá ser um benefício em termos estéticos para o centro histórico e eventualmente outras zonas. Pergunto se está prevista para breve alguma instalação.

Sr. presidente da Câmara – Isto vai parar diretamente a um dos pontos seguintes da nossa Ordem de Trabalhos e tem a ver com o orçamento participativo em que uma das ações que se propõe aprovar é exatamente essa instalação. Isto tem uma dupla vantagem porque se reduz o número de sacos plásticos que ficam espalhados pelas ruas com o frequente arrastamento de papéis em dias de vento dando um ar desmazelado à cidade logo pela manhã, algo que nenhum de nós gosta de ver, e ao mesmo tempo aumenta-se a comodidade das pessoas que podem pôr os resíduos no contentor a qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer dia da semana, acabando com a obrigação de manterem os resíduos dentro das suas residências por vezes durante três dias, no caso dos recicláveis por causa da periodicidade da recolha. Há, de facto, essa intenção e se esta Assembleia aprovar a outra proposta daqui a uns minutos, será esse o caminho a seguir.

Sra. d. m. Brites Cunha – Vamos abster-nos nesta matéria porque achamos que o âmbito deste artigo em concreto dá uma margem muito vasta à Câmara Municipal para contratar da forma que entender, sendo certo que a Assembleia Municipal não é sequer tida nem achada numa fase posterior a essa contratação.

Sr. d. m. Décio Santos – Cumprimento o senhor presidente da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, os restantes colegas e os munícipes que eventualmente nos possam estar a ver e a ouvir neste momento. Após uma análise profunda desta proposta de regulamento municipal de resíduos urbanos e de limpeza pública, o grupo municipal do Partido Socialista considera fundamentais, algumas alterações ou ajustes.

Na nossa ótica é importante mencionar as temáticas como os bio-resíduos que não se encontram devidamente plasmados nesta proposta. Tenho aqui algumas sugestões de alteração e de adenda que passaria a enumerar sem prejuízo de as poder disponibilizar nesta reunião através do sistema de videoconferência ou de outra forma conveniente.

No artigo 4.º deve ser acrescentada uma alínea definindo os bio-resíduos com a seguinte redação: *«De acordo com a alínea r) do ponto 1 do decreto-legislativo regional N.º 29/2011 – A, entende-se por bio-resíduos, os resíduos biodegradáveis de espaços verdes, nomeadamente os dos jardins, parques, campos desportivos, os resíduos biodegradáveis alimentares e de cozinha das habitações, dos restaurantes, das unidades de catering e de retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos.»*

A nossa segunda sugestão seria a alteração da alínea b) do artigo 14.º para acondicionar corretamente os resíduos urbanos depositados de forma diferenciada. No mesmo artigo poderia acrescentar-se uma alínea c): *«Separar e depositar corretamente os resíduos de diferentes naturezas.»*

No ponto 1 do artigo 18.º, alterar a alínea c) para: *«Bio-resíduos – Os resíduos biodegradáveis de espaços verdes, nomeadamente os dos jardins, parques, campos desportivos, os resíduos biodegradáveis alimentares e de cozinha das habitações, dos restaurantes, das unidades de*

catering e de retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos.» No mesmo artigo, acrescentar uma alínea no ponto 2 com a definição: «Resíduos verdes – Resíduos provenientes da limpeza e manutenção de jardins ou hortas, nomeadamente: aparas, troncos, ramos, folhas e ervas.»

Na alínea a), ponto 1, artigo 22.º, acrescentar a expressão «Resíduos urbanos indiferenciados».

No ponto 3 do artigo 24.º, acrescentar uma alínea com vista à inclusão da seguinte fileira: «Bio-resíduos – Apenas os resíduos provenientes da limpeza e manutenção de jardins ou hortas, nomeadamente: aparas, troncos, ramos, folhas e ervas.»

Na alínea a) do ponto n.º 3, artigo 32.º, acrescentar: «Resíduos verdes.» No mesmo artigo, acrescentar «resíduos verdes» depois da palavra «monstros» na alínea c) do ponto 3, no ponto 5 e na alínea b) do ponto 5.

Como veem, existe um conjunto considerável de expressões técnicas pelo que fico à espera de orientação relativamente à melhor forma de fazer chegar estas sugestões à Assembleia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O senhor deputado Décio Santos apresentou um conjunto de propostas que me parecem bastante pertinentes. Podemos votá-las neste momento como propostas de alteração feitas oralmente que são incluídas após redação final ou a Câmara compromete-se a incluí-las no documento. Já que usei da palavra antes do senhor presidente da Câmara, caso estas preocupações do deputado Décio Santos sejam incluídas e tendo em conta o que foi aqui referido pela deputada do CDS-PP Brites Cunha, o sentido de voto do PSD será de abstenção.

Sr. presidente da Câmara – A sugestão do procedimento apresentado pelo senhor deputado Luís Rendeiro faz todo o sentido. Esta matéria já tinha sido debatida comigo e com outros membros da Câmara. Conheço o assunto, estamos perfeitamente de acordo, creio que podemos assumir a proposta oral e a Câmara compromete-se, em sede de redação final, a dar-lhe a forma e a localização adequadas, fazendo a renumeração do regulamento para que fique tudo correto na sua publicação. Estamos perante boas propostas e creio que nada impede que as mesmas sejam aprovadas. O senhor deputado Luís Rendeiro tem toda a razão e apoio a sua proposta.

Terminadas as intervenções, passou-se à votação. O regulamento constante do Ponto 1.6, após as alterações introduzidas em sessão, foi aprovado por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.7 – Pedido de autorização à Assembleia Municipal, tendo em vista a assunção de compromisso plurianual destinado a apoiar a realização da obra de reconstrução da antiga Igreja de Nossa Senhora do Livramento pelo valor de 989 571,20 € (novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e um euros e vinte cêntimos), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara – O contrato que está subjacente a esta proposta de autorização segue a mesma lógica daquele que já foi aprovado por esta Assembleia na sua última sessão em relação à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e visa apoiar a realização das obras de recuperação da igreja anexa ao Livramento. A obra é plurianual, ou seja, estende-se por mais do que um ano, por isso a Câmara necessita da autorização da Assembleia para celebrar este contrato.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Gostaria de saber se esta é uma situação paralela com aquilo que debatemos e votámos relativamente ao convento das Concecionistas, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, no sentido de se evitar o que aconteceu que foram três ou quatro votações sucessivas para se corrigir situações das primeiras votações. Queremos dar o nosso contributo para a eliminação de mais algumas ruínas que restam do sismo de 1980, a

recuperação do nosso património, mas pretendemos fazê-lo de forma rápida e sem soluços tendo em conta os avanços e recuos ocorridos numa obra parecida. Precisamos da garantia do senhor presidente da Câmara que podemos resolver este caso à primeira.

Sr. presidente da Câmara – Como disse, este contrato segue exatamente a mesma lógica daquele que foi celebrado com a Santa Casa da Misericórdia e a única diferença está no valor. Creio que a aprendizagem com a Santa Casa nos será útil e esta é já a segunda votação em relação ao Livramento visto que já o fizemos em ano anterior. Espero que seja a última e que o assunto fique definitivamente resolvido.

A Assembleia Municipal autorizou este pedido por unanimidade.

1.8 – Análise técnica das propostas do Orçamento Participativo de Angra do Heroísmo – Lista definitiva e proposta da equipa de análise técnica. Para decisão da Assembleia Municipal quanto à não votação pública nos termos do n.º 7 do artigo 8.º e do artigo 15.º do Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara – O Orçamento Participativo deste ano não teve o desenvolvimento que gostaríamos, quer no número de propostas, quer na verdadeira participação. O ano foi marcado por esta pandemia e não foi possível fazer-se as reuniões ao nível do que seria desejável no sentido de se mobilizar as pessoas. Ainda assim apareceram algumas propostas e o orçamento está em condições de ser resolvido; contudo, o valor total de todas as propostas apresentadas é inferior ao valor que esta Assembleia aprovou para este fim, o que significa que estão todas virtualmente aprovadas. Sendo assim, não faz sentido obrigar as pessoas a uma votação que, por um lado não teria a adesão necessária e seria um mau precedente para anos futuros, e por outro estaríamos a correr riscos devido à situação atual de pandemia que estamos a viver.

Sr. vereador Guido Teles – O senhor presidente da Câmara já adiantou praticamente tudo o que era relevante. Foram apresentadas dezassete propostas a este Orçamento Participativo, sendo que, treze foram excluídas e quatro admitidas. São diversas as razões das exclusões mas todas se prendem com incumprimentos de situações que estavam previstas na deliberação que densifica o regulamento como, por exemplo, valores das propostas superiores aos valores máximos fixados, valores incorpóreos de propostas superiores àqueles que eram admitidos e inúmeros casos de pedidos de apoios que não configuravam propriamente propostas de interesse comunitário e eram proibidos pelo regulamento.

O relatório de análise técnica foi publicado conforme estava previsto a nível regulamentar e enviado a todos os participantes sem que houvesse qualquer reclamação. Das quatro propostas admitidas, uma é do domínio social no valor de 15 mil euros, muito inferior ao valor máximo de 50 mil euros definido orçamentalmente. São três as propostas admitidas nas restantes áreas, sendo que o máximo do montante inicialmente previsto era de 150 mil euros e as três propostas somam pouco mais de 115 mil euros. Sublinhando o que disse o senhor presidente da Câmara, visto que os valores são inferiores àqueles que foram inicialmente previstos e tendo em conta a atual situação pandémica, recomenda-se que estas propostas sejam aprovadas pela Assembleia Municipal e este ano de forma excecional não seja realizada a votação pública que estava prevista.

Sr. d. m. Délio Borges – Pelos argumentos apresentados, esta análise terá o nosso voto favorável. Contudo, tendo em conta que é o primeiro ano de experiência do Orçamento Participativo, deixo algumas sugestões de melhoria para o próximo ano, nomeadamente a possibilidade de os municípios poderem proceder uma votação *online* das propostas sem a necessidade de se deslocarem às juntas de freguesia. Esperamos que a participação e a propositura nos próximos anos seja mais elevada, algo que depende do cidadão mas também da

pro atividade da Câmara Municipal que deve previamente fomentar encontros participativos ou reuniões onde se possa explicar às pessoas quais as áreas e os limites das respetivas propostas no sentido de se evitar situações como as que foram referidas pelo senhor vereador Guido Teles a respeito de conteúdos que nada têm a ver com o Orçamento Participativo.

É importante fazer-se a doutrina do que é um orçamento participativo municipal e os encontros em cada freguesia seriam adequados a esta pedagogia. Por fim, gostaria de obter o compromisso por parte da Câmara Municipal de que estas quatro propostas que foram admitidas e validadas, terão a sua execução e conclusão concreta no próximo ano civil.

Sr. presidente da Câmara – É evidente que este não pode ser considerado um ano normal porque não foi possível nem aconselhável fazer-se encontros participativos nem outras formas de dinamização da participação devido às políticas que estão a ser seguidas contra a pandemia. Ficámos pelos anúncios nos diversos meios de comunicação social, fez-se o que se pôde no sentido de divulgar também através das juntas de freguesia e fica o nosso compromisso de que, em função da evolução da situação, no ano 2021 tudo faremos para que este orçamento tenha mais participação.

Quanto à execução, esta Assembleia aprovou um orçamento para esta matéria que será executado dentro do que for possível. É óbvio que poderá haver atrasos mas vamos tudo fazer para que tal não aconteça. Como há pouco eu falava, este ano também não tem sido normal a respeito de outras obras devido a algumas dificuldades de contratação mas fica aqui a garantia da devida diligência da parte do município no sentido da concretização rápida destas obras, se possível no orçamento de 2021.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Uma intervenção apenas para realçar a iniciativa e a participação dos angrenses neste processo do Orçamento Participativo apesar do contexto e dos *timings* em que o mesmo se realizou. Na altura chamámos a atenção para o facto de o período de candidaturas não ser o melhor porque coincidiria com a fase atribulada do fim do verão e do início do ano letivo. Como foi aqui referido, o prazo e as ações de divulgação não foram as pretendidas mas é de louvar a participação e a diversidade dos projetos que se revelou um treino de cidadania por parte dos adultos e um processo multiplicador para as gerações mais novas.

Concordamos com as propostas apresentadas pelo senhor deputado Délio acerca da votação *online* e outro tipo de ações com vista a uma melhor promoção do orçamento participativo, clarificando também as áreas em que os projetos poderão ser apresentados. Estou certa que esse trabalho será feito porque o contributo de cada cidadão é muito importante para o enriquecimento das políticas e o aumento da diversidade de ações que a Câmara pode desenvolver.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.8 foi aprovado por unanimidade.

1.9 – Desvinculação do Município da AGESPI. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea n) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sr. presidente da Câmara – A AGESPI foi constituída, creio que, em 1997 por quatro sócios: o Governo dos Açores, os dois municípios da ilha Terceira e a Câmara do Comércio. No início deste ano a região deixou de fazer parte da instituição, permanecendo os restantes três membros. Neste momento a AGESPI tem a totalidade da sua atividade centrada no Parque Industrial da Praia da Vitória sem qualquer atividade em Angra. Na altura da sua criação, iria gerir o parque de Angra mas a Câmara Municipal acabou por não concretizar esse desiderato e a AGESPI acabou restrita ao concelho vizinho.

A Câmara Municipal da Praia da Vitória solicita a saída dos outros membros e a internalização deste serviço no seu município, o que me parece justo e razoável, mas com algumas condições da nossa parte e da parte da Câmara do Comércio que colocou a condição de não haver aumento de custos para as empresas lá instaladas, o que foi garantido pelo município da Praia da Vitória. O município de Angra quer ver garantidos os direitos dos três trabalhadores que a associação tem com o compromisso de serem internalizados nos serviços da Praia da Vitória. A outra condição da nossa parte é a repartição dos bens da associação por dissolução e propusemos também que a parte financeira, o dinheiro que exista em depósito, reverta a favor da Câmara do Comércio e os bens passem para o domínio da Praia da Vitória. Aceitas estas condições, não vejo qualquer obstáculo nesta desvinculação, antes pelo contrário, há aqui uma dupla vantagem: o fortalecimento da posição da Câmara do Comércio e a redução do perímetro de responsabilidades do nosso município que fica ainda mais restrito sem outras entidades periféricas. Estamos a concluir um processo de consolidação, garantindo a inexistência de responsabilidades ou problemas financeiros que venham a afetar o nosso município por atividade de terceiros. Fica aqui também a garantia de que só daremos concretização a esta autorização, sendo asseguradas as outras três condições.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Nada tendo a obstaculizar quanto ao que está em questão e pergunto se estão previstos paralelismos futuros a respeito de outras situações já aqui discutidas e relacionadas com a participação do município da Praia da Vitória em algo que se processa no concelho de Angra que é a TERAMB. Conhecendo a realidade, pergunto ao senhor presidente da Câmara até que ponto não poderá iniciar-se aqui um ajustamento do tipo «o seu a seu dono» no que respeita a instalações, investimentos, participações ou sociedades sediadas no concelho de cá ou no concelho de lá.

Sr. presidente da Câmara – A motivação, nada tem a ver com a localização geográfica das coisas mas sim com o objetivo das associações. Temos tido uma grande cautela que é a eliminação de tudo o que são responsabilidades periféricas, consolidando a Câmara para termos responsabilidades únicas, mais transparência e até um maior controlo político por parte desta Assembleia como o que se fez com a internalização dos Serviços Municipalizados, a extinção da CULTURANTRA e um conjunto de outras situações que os senhores bem conhecem. Este é mais um passo quase terminal nesse caminho e o município não tem outra qualquer participação à exceção da TERAMB, uma situação mais complexa que tem sido objeto de um diálogo entre os municípios e da qual daremos conta a respeito do caminho a seguir. Tal como fez o Governo Regional na primavera passada ao retirar-se pelas mesmas razões, creio que esta decisão é benéfica para o nosso município.

A Desvinculação da AGESPI constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.

1.10 – Tarifário dos serviços de água, saneamento e resíduos para 2021. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Mais uma vez e pelo décimo ano consecutivo, não há qualquer aumento em relação aos custos a suportar pelos munícipes. O último aumento aconteceu em 2011 e a única alteração que é feita no documento refere-se a um valor já alterado o ano passado que é o custo da busca de fugas em casas particulares. Como o preço estava muito abaixo do custo e, de alguma maneira, estávamos a fazer uma baixa artificial que eliminava a concorrência que deve haver neste setor, estamos assim a tentar criar condições para que os operadores privados, os canalizadores e outras empresas da especialidade, entrem neste mercado. Tirando isto, tudo se mantém igual.

Isto representa em termos reais uma diminuição de cerca de 7% no custo das famílias com a sua fatura da água e resíduos em comparação com 2011 e é o resultado da inflação acumulada.

Há aqui, de facto, uma poupança grande que está a ser transferida para as famílias, permite que tenhamos no concelho de Angra uma das faturas de água e saneamento mais baixas da região e do país e só as ilhas mais pequenas é que praticam valores semelhantes ao nosso. Estamos muito bem nesta matéria e pretendemos manter-nos assim.

Aproveito para informar que a internalização dos Serviços Municipalizados permitiu criar aqui um balão suficiente para que não seja necessário proceder a aumentos nos próximos anos e nos garanta alguma consolidação e segurança nestes valores. Os membros mais antigos desta Assembleia devem lembrar-se dos debates do início do mandato anterior em 2013 e 2014 em que os Serviços Municipalizados eram uma profunda preocupação de todos nós devido ao seu desequilíbrio financeiro. Felizmente, a situação foi ultrapassada e os SMAH foram internalizados no município com grandes vantagens para todos, em particular para os consumidores e para as famílias que veem assim garantida durante mais algum tempo a manutenção do custo com esta fatura.

Sr. d. m. Délio Borges – A respeito da temática em discussão e como todos sabemos, é aplicada uma relação direta e o cidadão paga uma percentagem conforme o consumo da água, o que me leva a questionar o que a Câmara Municipal tem feito no sentido de aplicar futuramente o princípio do poluidor pagador em que o cidadão paga mais, caso produza mais resíduos.

Sr. presidente da Câmara – Essa questão está subjacente ao tarifário e ao regulamento que aprovámos há alguns pontos atrás na nossa Ordem de Trabalhos de hoje. Existe já essa proporção em relação aos consumidores domésticos, ou seja, quanto mais água eu gastar e mais esgoto produzir, mais pago. No que diz respeito aos resíduos, também os grandes produtores pagam preços diferentes e está a ser operacionalizado um sistema de PAYT (pay as you throw) em que se paga conforme o lixo produzido. Neste momento já foi adquirido o equipamento para duas das viaturas que permite pesar os resíduos dos grandes e médios produtores e apresentar faturas em função da quantidade de resíduos efetivamente produzidos por cada um. Isto não afetará os lixos domésticos em que aplicamos uma tarifa única, até porque usamos contentores e seria muito complicado e demasiado caro investir na destrição do lixo que cada um produz. Nos médios e grandes produtores, o sistema de escalões já consta do tarifário desde há alguns anos e vai ser operacionalizado com um sistema eletrónico instalado nas viaturas, o sistema PAYT, que foi também cofinanciado pela União Europeia para esse fim e está neste momento em vias de aquisição.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto 1.10.

1.11 – Informação do Gabinete Técnico da Câmara Municipal no sentido de não ser atualizada a tabela de taxas em função do índice de inflação. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Também aqui se pretende a manutenção da tabela tal como está. Lembro que esta Assembleia aprovou em 2014 uma redução de taxas de cerca de 50%, um valor que se mantém. A lei prevê que as taxas sejam automaticamente atualizadas pelo valor da inflação do ano anterior mas prevê também que o município possa abdicar dessa atualização e é o que estamos a fazer. Não haverá, portanto, qualquer aumento de taxas no ano 2021.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento das informações constantes do Ponto 1.11.

1.12 – Relatório de Santos Vaz, Trigo de Morais e Associados sobre os documentos de prestação de contas do município para o exercício findo a 31-12-2019. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, uma vez incluído no Ponto 1.2.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa que discutamos todos os pontos em conjunto desde o Ponto 1.13 até ao Ponto 1.17 respeitantes à atividade da TERAMB. O orçamento e atividades para 2021 mantêm o padrão anterior sem qualquer alteração. O orçamento segue a mesma lógica dos anos anteriores e há duas alterações no contrato programa entre os municípios. Uma alteração é de natureza formal, visto que o contrato anterior era celebrado entre os Serviços Municipalizados e passa a ser celebrado entre a Câmara e a TERAMB. A outra alteração tem a ver com a passagem para o âmbito da atividade da empresa municipal, de duas fileiras que os SMAH vinham a assegurar com as juntas de freguesia: a gestão dos monstros, ou seja, os lixos de grandes dimensões, e também os resíduos agrícolas em que havia um contrato com a Serralharia do Outeiro que não produzia os resultados que pretendíamos. É óbvio que isto implicará o pagamento dos custos por parte do município mas ganha-se eficiência e coerência no tratamento da totalidade dos resíduos porque tínhamos estas fileiras fora do sítio. Fora isso, o contrato mantém exatamente as mesmas condições do anterior.

O tarifário da TERAMB também não tem aumentos, contendo apenas uma alteração no que diz respeito a resíduos com líquidos. Estamos a criar um preço mais elevado para desincentivarmos o envio para a TERAMB de líquidos, particularmente de leite que esteja estragado ou contenha antibióticos, porque uma incineradora não foi feita para queimar água e temos que incentivar o percurso por outros caminhos.

Os dois últimos pontos desta série dizem respeito às contas. Estão aqui apenas os dois primeiros trimestres, ou seja, a primeira metade do ano, as contas são positivas, contamos mais uma vez fechar este ano de 2020 com lucro e não há na TERAMB, nenhuma situação que nos deva preocupar.

1.13 – Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo de acordo com a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A Assembleia Municipal aprovou o documento por maioria com 35 votos a favor (22 do PS, 12 do PSD e 1 da d. m. independente) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.14 – Contrato programa entre os municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória e a TERAMB, EM destinado ao ano de 2021. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

O documento foi aprovado por unanimidade.

1.15 – Tarifário da TERAMB, EM destinado ao ano de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.16 – Relatório de Gestão e Contas do primeiro trimestre da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.17 – Relatório de Gestão e Contas do segundo trimestre da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.18 – Voto de Louvor a Timothy Lima pelo seu relevante percurso artístico e pela obtenção do 3.º lugar nos prémios do IPA – International Photography Awards 2020. Para votação do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal decidiu realizar uma conferência de líderes a fim de votar esta proposta por não ser possível nesta sessão em virtude da mesma ter decorrido por videoconferência.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Designação de quatro representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo. Para votação do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal decidiu realizar uma conferência de líderes a fim de designar os representantes em causa por não ser possível nesta na sessão em virtude da mesma ter decorrido por videoconferência.

2.2 – Proposta de prorrogação por mais 6 (seis) meses da suspensão da cobrança de taxas devidas pela ocupação do espaço público municipal para venda ambulante, esplanadas e atividades comerciais similares. Para aprovação do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade esta proposta em conjunto com o Ponto 1.5.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PS

3.1 – Voto de Louvor aos Estabelecimentos com História em Angra do Heroísmo reconhecidos pelo Ministério da Economia. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Isabel Barbereia – O grupo municipal do PS vem propor um Voto de Louvor à Pastelaria Athanasio e à Mercearia Basílio Simões & Irmãos, Lda. que em agosto deste ano foram reconhecidas no inventário nacional dos estabelecimentos e do programa «Comércio com História». Este voto procura reconhecer o trabalho que tem sido feito por estes dois estabelecimentos e outros que, na cidade ou fora dela, têm mantido a sua identidade e o seu património material e imaterial que importa reconhecer e preservar. Passo a ler de uma forma resumida:

«A Lei 42/2017 estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, de forma genérica, as denominadas “Lojas com História” ou “Comércio com História”.

A 28 de agosto de 2020 foram reconhecidos pelo Ministério da Economia, Direção Geral das Atividades Económicas e integrados no Inventário Nacional dos Estabelecimentos de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local, dois estabelecimentos da cidade de Angra: a Pastelaria Athanasio e a Mercearia Basílio Simões, Lda. que, ressalvo, são os únicos estabelecimentos da região identificados neste inventário.

A identificação distintiva atribuída a estes estabelecimentos contribui para a sua valorização e o reconhecimento do comércio tradicional como função essencial e relevante da cidade, sendo parte da sua matriz cultural e histórica e do imaginário dos residentes e visitantes.

Este é também um compromisso e um imperativo da necessidade de inventariar, promover e proteger estes recursos e os agentes e atividades económicas que enriquecem e potenciam a dinâmica do centro histórico de Angra e do concelho.

Convidamos cada um a ler os destaques do processo que a Câmara Municipal submeteu à Direção Geral das Atividades Económicas onde é retratada a história destes dois estabelecimentos e a sua área de atividade.

Neste enquadramento, propõe o grupo municipal do Partido Socialista que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprove a atribuição de um Voto de Louvor aos estabelecimentos: Pastelaria Athanasio e Basílio Simões & Irmãos, Lda., classificados no Inventário Nacional Comércio com História, pela visão, empenho e trabalho dos seus proprietários e gerentes, a Dona Helena da Pastelaria Athanasio e a família Basílio Simões, na manutenção de tão distintos estabelecimentos que contam a nossa história, preservam o seu património material e imaterial e trazem mais valor e identidade à cidade de Angra.

Recomendamos à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a atribuição e afixação de placa identificativa de “Estabelecimentos Comércio com História” e a criação de um regulamento municipal específico de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico, cultural ou social local.

Angra do Heroísmo, 3 de dezembro de 2020.»

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal manifesta o seu agrado pela apresentação desta proposta que se espera ver aprovada. A candidatura teve sucesso e houve, de facto, da parte do município, todo o empenho em ver reconhecidos estes dois estabelecimentos, aqueles que no nosso concelho satisfaziam os requisitos de inscrição. É com muito orgulho que nos associamos a este voto e congratulamo-nos com os respetivos proprietários e gestores pelo facto de termos estabelecimentos que prestigiam a nossa cidade.

Quanto à identificação e à placa, falaremos com os respetivos proprietários no sentido de encontrarmos a solução adequada, até porque o próprio Ministério da Economia emite também um distintivo que pode ser afixado nos estabelecimentos. Num dos casos já vi o documento, uma espécie de diploma que já foi enviado diretamente pelo Ministério da Economia aos proprietários dos estabelecimentos. Espero que isto se concretize, dando visibilidade a espaços que o merecem e criando na nossa cidade mais dois pontos de interesse. O regulamento terá que ser estudado em reunião de Câmara e eventualmente proposto a esta Assembleia já que é da sua competência.

O Voto de Louvor constante do Ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade.

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD

4.1 – Voto de cumprimentos e reconhecimento aos governantes que terminaram o seu mandato no seguimento da Eleição da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e um voto de saudação e felicidades, bem como, de disponibilidade aos que agora iniciam funções.

O Voto foi aprovado por unanimidade, tendo merecido a respetiva discussão no Período de Antes da Ordem do Dia.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Sr. presidente da Mesa – Antes de terminarmos os nossos trabalhos, quero dizer que sinto orgulho em dirigir este grupo de senhoras e senhores deputados municipais que têm sabido, ao longo deste mandato, defender acima de tudo os interesses do nosso concelho de forma cordial,

firme e determinada. Quero igualmente desejar-vos e também às vossas famílias, um feliz e santo Natal e um bom ano novo. Bem hajam.

Sra. d. m. Brites Cunha – Igualmente, senhor presidente.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Boas Festas também para si. Muito obrigado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito obrigado, senhor presidente.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h25m do dia 03 de dezembro de 2020, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos